

19 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

TJ devolve passaporte de Ribas Carli Filho

Acusado de ter provocado acidente de carro que resultou em duplo homicídio, ex-deputado estadual estava proibido de sair do país

São Paulo - O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná reconsiderou ontem a decisão de proibir o ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, 29, de sair do país. Com essa decisão, Carli Filho, que é acusado de duplo homicídio, poderá ter seu passaporte de volta.

A decisão de ontem, tomada pela 1ª Câmara Criminal do TJ-PR, revogou, por 2 votos a 1, o que havia sido decidido no último dia 19 de julho. No recurso, a defesa de Carli Filho alegou que a decisão deveria ser tomada pelo juiz criminal da Vara do Juri e não pelo relator da segunda instância.

À época da suspensão do passaporte do político, a Justiça já havia negado duas solicitações da acusação: a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de Carli Filho e a proibição de mudança de domicílio.

O político é acusado pela morte dos jovens Gilmar Yared, 26, e Carlos Murilo de Almeida, 20, em um acidente de trânsito ocorrido em maio de 2009. Segundo exame etílico feito na época, Carli Filho estava embriagado. O laudo de

criminalística apontou que ele dirigia a uma velocidade próxima a 167 km/h.

No último dia 16 de junho, o TJ-PR manteve a decisão de levar o ex-deputado a júri popular. Na ocasião, a defesa afirmou que iria recorrer.

No acidente, ocorrido em 7 de maio de 2009, o carro do ex-deputado se chocou contra outro veículo, causando a morte dos dois jovens. O carro das vítimas ficou completamente destruído. De acordo com investigações da polícia, Carli Filho tinha bebido antes de dirigir e estava em alta velocidade.

Ainda segundo a polícia, o ex-deputado também estava com a carteira de habilitação suspensa por exceder o total de pontos permitidos -totalizava 130 pontos, acima do limite de 20 pontos estabelecidos por lei.

MAZZA

Passaporte

O ex-deputado Carli Filho recuperou o passaporte judicialmente: poderia ir com o governador e ex-colegas, deputados, à excursão europeia por que não?

No acidente, Carli Filho ficou ferido. Ele passou cerca de um mês internado num hospital de São Paulo. Antes mesmo de receber alta, o ex-deputado foi levado ao Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Paraná, mas renunciou antes do julgamento. Em depoimento, Carli Filho afirmou que não se lembrava de como ocorreu o acidente.

19 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Juízes e promotores fazem marcha por salário

Brasília- Juízes federais decidiram ontem fazer uma marcha em Brasília para reivindicar reajustes salariais, mais segurança e estrutura de trabalho e políticas de saúde e previdência. A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) espera que o ato reúna cerca de mil pessoas, entre magistrados e promotores.

O Dia da Mobilização pela Valorização da Magistratura e do Ministério Público foi marcado para 21 de setembro.

A iniciativa foi aprovada por 70% dos magistrados que participaram de uma assembleia ocorrida nesta

semana. 24% dos juízes votaram a favor de uma greve geral imediata e 6% pela continuidade de negociações.

O ato de setembro será a segunda iniciativa da categoria neste ano. Em abril, de acordo com a Ajufe, mais de 90% dos juízes federais paralisaram por um dia suas atividades para reivindicar por aumento de salário e mais segurança para os magistrados.

Sobre o assunto da segurança, a entidade defende a aprovação de um projeto em tramitação no Congresso que cria uma polícia do Judiciário

e estabelece que organizações criminosas sejam julgadas por órgãos colegiados e não apenas por um juiz.

Em relação aos salários, a Ajufe sustenta que nos últimos seis anos e meio os magistrados acumulam perdas inflacionárias em seus salários superiores a 30%. Um projeto em tramitação no Congresso propõe um aumento de 14,79% na remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que passaria dos atuais R\$ 26,7 mil para R\$ 30,6 mil.

Como os salários no Judi-

ciário são escalonados com base no STF, toda vez que é concedido um aumento para os mi-

***O dia da
mobilização
foi marcado para
21 de setembro***

nistros do Supremo os subsídios do restante da magistratura são reajustados. Mas o governo é contra essa revisão de remunerações.

“Não há que se falar em ausência de recursos para o pagamento dos juízes. Os magistrados federais arrecadam para os cofres da União cerca de R\$ 11 bilhões por ano, nas Varas de Execução Fiscal. O nosso custo total é de R\$ 6,3 bilhões com estrutura e pagamentos de salários. Somos um Poder superevitário em mais de R\$ 4 bilhões anuais”, afirmou o presidente da Ajufe.

19 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Justiça no Bairro

Jaguariaíva - Amanhã, a Prefeitura Municipal, Faculdade Jaguariaíva (Fajar), Poder Judiciário e Sesc realizam, na sede da Fajar, o evento Justiça no Bairro. A ação tem o objetivo de proporcionar à população serviços gratuitos e disseminar informações sobre saúde, educação, trabalho e direito da família, promovendo o bem-estar social e a cidadania. Das 9 às 17 horas, serão realizados atendimentos nos setores jurídico (áreas cível e da família, retificação de registro civil, lavratura de registro tardio etc.), assistência social e saúde. Entre as atividades estão ainda a emissão de documentos e cortes de cabelo.

19 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA
MILITÃO

Presidente do TJ Cidadão Honorário

O desembargador Jorge Kfourri Neto, atual presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, receberá, dia 2 de setembro, o título de Cidadão Honorário de Londrina, concedido pela Câmara Municipal e Prefeitura da cidade. A homenagem foi proposta pelo vereador Ivo de Bassi. Como se sabe, Kfourri foi juiz no Fórum de Londrina, onde deixou muitos amigos e sempre teve seu trabalho muito elogiado.

19 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Derosso esclarece pouco em depoimento

Curitiba - O presidente da Câmara Municipal de Curitiba, vereador João Cláudio Derosso (PSDB), foi questionado ontem em sessão aberta do Conselho de Ética da Casa, que teve a participação de todos os vereadores. Derosso não respondeu às perguntas mais polêmicas sobre favorecimento à agência de comunicação da mulher dele, a jornalista Cláudia Queiroz Guedes. Alegando foro íntimo, ele preferiu usar o direito de responder as questões posteriormente, em sessão fechada, que contará com a presença apenas dos membros do Conselho.

Derosso é acusado de irregularidades em dois contratos de agências de publicidade da casa, assinados pelo Legislativo em 2006, quando o tucano já era presidente da Casa. Ele teria favorecido a esposa, que é dona de uma das agências vencedoras da licitação. Outra denúncia é de que Cláudia também era funcionária da Câmara, o que tornava o seu contrato irregular.

Em meio a respostas generalistas sobre o funcionamento da Câmara, o vereador falou que não tinha relacionamento com a jornalista antes da licitação e que ao assinar o contrato ela já não era mais funcionária da Casa.

Ontem, Derosso insinuou ser vítima de perseguição política. "É questão política. Eu poderia talvez fazer parte de uma chapá. Mas talvez a mídia viu que era importante massacrar, fazendo que o Derosso, um nome que vinha despontando, se tornasse leproso do dia para a noite, sem respeito, sem ética. Mas vou mostrar que sempre atuei de forma transparente, honesta e séria, e vou entrar com processo contra cada um que falar besteira", disse.

Além do Conselho de Ética, as denúncias contra Derosso também serão investigadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Câmara.

INFORME

O nome dela é Cláudia

O vereador João Cláudio Derosso, presidente da Câmara Municipal de Curitiba há 14 anos, ficou irritado, ontem à tarde, durante seu depoimento ao Conselho de Ética, que apura as denúncias de irregularidades nos contratos de publicidade da Casa. Derosso teria beneficiado a mulher dele, a jornalista Cláudia Queiroz Guedes, proprietária de uma das agências vencedoras da licitação.

■ Após ouvir o vereador Zézinho do Sabará (PSB) perguntar sobre a participação de "Craudia", como ele dizia, Derosso não se conteve ao ouvir o nome da mulher ser pronunciado errado várias vezes: "O nome dela é Claudia", disparou. Acabou levando a pior. O vereador Zézinho se desculpou, dizendo que era do interior, que falava errado, mas fazia o certo. Para o líder da oposição, quem saiu perdendo foi Derosso: "Ele foi infeliz e levou o troco", disse.

19 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Artigo de desembargador agita TJ do Rio

É de pororoca a maré no Tribunal de Justiça do Rio, com o recente artigo do desembargador Siro Darlan, publicado num jornal carioca, pedindo a renúncia do presidente do Tribunal, Manoel Alberto dos Santos, por ignorar as ameaças de morte contra a juíza Patrícia Acioli: "Sua permanência no ambiente dá asco e ânsia de vômito", escreveu. Ameaçado de processo, Darlan diz que "provará todas as acusações".

19 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Juiz estaria marcado para morrer no Rio

Folhapress

São Paulo - Cinco dias após a morte da juíza Patrícia Acioli, que atuava contra milícias em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio, um plano para matar outro juiz, que já decretou a prisão de mais de 50 policiais militares, foi comunicado ao Disque-Denúncia, na última terça-feira.

O alvo é o juiz Alexandre Abrahão, da 1ª Vara Criminal de Bangu, na zona oeste da capital fluminense. O caso foi revelado ontem pelo jornal "O Dia".

"Estava voltando de licença médica e fui pego de surpresa", disse Abrahão, considerado um dos juizes mais atuantes contra policiais corruptos.

A informação dizia que a morte do juiz havia sido encomendada por Rogério de Andrade, apontado como um dos chefes da máfia de caça-níqueis no Rio. O aviso afirmava que Andrade, que está foragido

da Justiça, tem o apoio de 39 PMs de um mesmo batalhão.

O denunciante disse ainda que um servidor da Justiça passou para os criminosos informações sobre o esquema de segurança do juiz e detalhes do carro dele. Abrahão informou hoje que sua segurança foi reforçada. A Secretaria de Segurança não deu detalhes sobre o caso.

Segundo o plano, o juiz seria morto perto do trabalho. Outro alvo seria o diretor do Departamento de Polícia da Capital, Ricardo Dominguez.

Apontado como autor de suposta "lista da morte" (composta por 12 nomes), na qual constava o nome de Acioli, Wanderson da Silva Tavares, o Gordinho, fez um acordo com Acioli e com o Ministério Público para fazer delação premiada. Para a polícia, os 12 nomes eram de pessoas "marcadas para morrer".

19 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO 'Mil vezes termos excessos que apatia' da PF, diz Marco Aurélio

Diante de colegas críticos de ações como uso de algemas, ministro elogia atuação policial

Leandro Colon / BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Marco Aurélio Mello acha preferível conviver com os "excessos" da Polícia Federal a uma "apatia" em sua ação. "Contamos com uma Polícia Federal atuante. Mil vezes termos excessos do que apatia. Os excessos podem e devem ser coibidos visando ao aprimoramento", afirmou o ministro, na noite de quarta-feira, ao abrir a solenidade do Prêmio Engenho de Comunicação, em Brasília, do qual foi jurado.

O "excesso" da Polícia Federal virou tema de debate desde terça-feira da semana passada, após a Operação Voucher, que desmontou um esquema de desvio de pelo menos R\$ 4 milhões do Ministério do Turismo e prendeu 36 pessoas, entre elas integrantes da cúpula da pasta.

O uso de algemas na operação, flagrado em imagens, a mobilização de mais de 200 policiais e o vazamento de fotos dos presos foram criticados por autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O próprio Marco Aurélio havia atacado o uso das algemas, assim como outros colegas de STF, entre eles Gilmar Mendes, que, na segunda-feira, classificou, o episódio de "lamentável".

Mendes estava no evento jornalístico em que o colega Marco Aurélio disse preferir "excessos" à "apatia" da PF, mas apenas entregou um dos prêmios, sem fazer discurso. Outro integrante do STF presente à festa foi o ministro Carlos Ayres Brito, além do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, e do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Múcio Monteiro.

Dilma. No discurso de quarta-feira, o ministro Marco Aurélio Mello ainda elogiou a postura da presidente Dilma Rousseff em relação às demissões dentro de seu governo, em meio aos escândalos de corrupção nos ministérios.

"Louvo a chefia do Executivo nacional no que, diante de certos desvios de conduta, atua com desassombro", afirmou. "O Ministério Público atua e o Judiciário entrega a prestação jurisdicional em que pese a avalanche de processos. É hora de pensarmos, mas pensarmos em uma resistência democrática."

Marco Aurélio elogiou também o trabalho da imprensa. "Temos no Brasil uma imprensa livre, uma imprensa que levanta as mazelas existentes, que escancara essas mazelas."

O ministro ainda criticou as autoridades que se envolvem em casos de corrupção, mas sem mencionar nomes.

Na segunda-feira, durante a solenidade de recondução de Roberto Gurgel ao cargo de procurador-geral da República, a presidente Dilma Rousseff disse que vai coibir os excessos da Polícia Federal. "Tenho o dever de afirmar que farei tudo o que estiver ao meu alcance para coibir abusos, excessos e afrontas à dignidade de qualquer cidadão que venha a ser investigado", afirmou Dilma.

● Elogios

MARCO AURÉLIO MELLO

MINISTRO DO STF

"Louvo a chefia do Executivo no que, diante de certos desvios de conduta, atua com desassombro"

"Temos no Brasil uma imprensa livre, uma imprensa que levanta as mazelas existentes, que escancara essas mazelas"



19 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Bastidores: *Felipe Recondo*

Impeachment azeda clima entre ministros

Estava tudo planejado para que passasse despercebido o arquivamento sumário do pedido de impeachment do ministro Gilmar Mendes pelo advogado Alberto Piovesan. O processo não estava na pauta do Supremo Tribunal Federal e o relator, Ricardo Lewandowski, fez um voto curto, sem citar o nome do colega.

O voto pelo arquivamento foi seguido sem debate por Luiz Fux e Cármen Lúcia. Mas Marco Aurélio Mello atrapalhou os planos dos colegas ao pedir vista e adiar o enterro definitivo do pedido contra Mendes.

O advogado argumenta que Mendes teria recebido benesses de advogados e coloca em dúvida a “isenção” do ministro. No Senado, o pedido foi arquivado. O advogado recorreu ao STF por meio de mandado de segurança. Lewandowski negou seguimento. Piovesan recorreu novamente, e foi este o recurso quase arquivado pelo plenário na quarta-feira.

Para evitar a sangria do Supremo, queria-se julgar esse caso com discrição. O pedido de vista chamou atenção para o caso e adiou uma conclusão do assunto. Marco Aurélio não queria, disse depois, que a decisão parecesse atender somente ao espírito de corpo da corte.

À noite, os dois se encontraram em um evento. O clima não era dos melhores. Mendes cumprimentou o colega e se afastou. Marco Aurélio fez o discurso em que disse preferir uma Polícia Federal com “excessos” a uma apática, justo diante de Mendes, crítico contumaz do que considera abusos cometidos pela instituição.

Tido pelos colegas como provocador, Marco Aurélio contemporizou ontem, prometendo devolver o processo de impeachment rapidamente para “desfazer esse mal-estar”.

O ESTADO DE S. PAULO

Nem só juízes criminais são ameaçados no Rio

Magistrados de varas cíveis e que atuam em processos do TRE também correm risco de morte; eles criticam critérios para concessão de escolta

Entre os 13 magistrados ameaçados de morte no Rio, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), não estão apenas juízes de varas criminais – como a juíza Patrícia Acioli, que era titular da 4.^a Vara Criminal de São Gonçalo e foi assassinada com 21 tiros na semana passada –, mas de varas cíveis e com atuação em processos do Tribunal Regional Eleitoral.

A juíza Patrícia Salustiano, da 1.^a Vara Cível de Magé, está ameaçada de morte desde 2008, após julgar o processo que afastou a prefeita Núbia Cozzolino do cargo. Desde então, tem escolta policial 24 horas. O juiz Alexandre Abrahão, titular da 1.^a Vara Criminal de Bangu, está ameaçado de morte depois da condenação de 50 policiais envolvidos com a máfia dos caça-níqueis. Recentemente, órgãos de segurança alertaram o Tribunal de Justiça do Rio sobre um suposto plano para assassinar o juiz, que teve a segurança reforçada.

Apesar da reação de perplexidade do CNJ com a morte de Patrícia, o convívio dos magistrados do Rio com a insegurança não é novidade. Há quatro anos, o juiz da 2.^a Vara Criminal de Valença, Claudio Gonçalves Alves, teve o carro incendiado. Ele atuava em processos que resultaram na condenação de traficantes de drogas. Os autores do ataque nunca foram identificados.

Depois da morte de Patrícia, vários juízes questionam os critérios da Diretoria-geral de Segurança Institucional (DGSEI) do Tribunal de Justiça do Rio para conceder escolta policial. A juíza titular da 40.^a Vara Criminal da Capital do Tribunal de Justiça do Rio e integrante da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros, Renata Gil de Alcântara Videira,

apontou que falta transparência nos critérios para conceder proteção aos magistrados. “Os juízes desconhecem os critérios. Por isso, no caso do atentado que vitimou nossa colega, não sabemos nem se a falha foi específica ou se é questão estrutural.”

Um juiz que preferiu não se identificar e atuou por anos na Baixada Fluminense contou os trâmites para o pedido de escolta. O magistrado deve apresentar ao DGSEI prova material da ameaça de morte, seja correspondência interceptada ou transcrição de telefonema, para que o órgão avalie.

“Dois anos depois, quando retiraram a minha escolta, fui comunicado por um policial militar. Ele justificou a decisão de remover os seguranças sob alegação de que nada havia acontecido. Não sei até hoje se houve análise e monitoramento da quadrilha que eu julgava para saber se os criminosos estavam desarticulados. Sem informações, optei por pedir transferência para outra comarca”, afirmou o juiz.

Missa. Ontem, por iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros, em parceria com a Associação dos Magistrados do Estado do Rio e o Tribunal de Justiça do Rio, foi celebrada missa em homenagem a Patrícia Acioli na sede do TJ do Rio.

Antes, na frente do prédio, houve manifestação contra o assassinato, encerrada com um minuto de silêncio.

19 AGO 2011

Operação combate máfia de transporte que ameaçou juíza

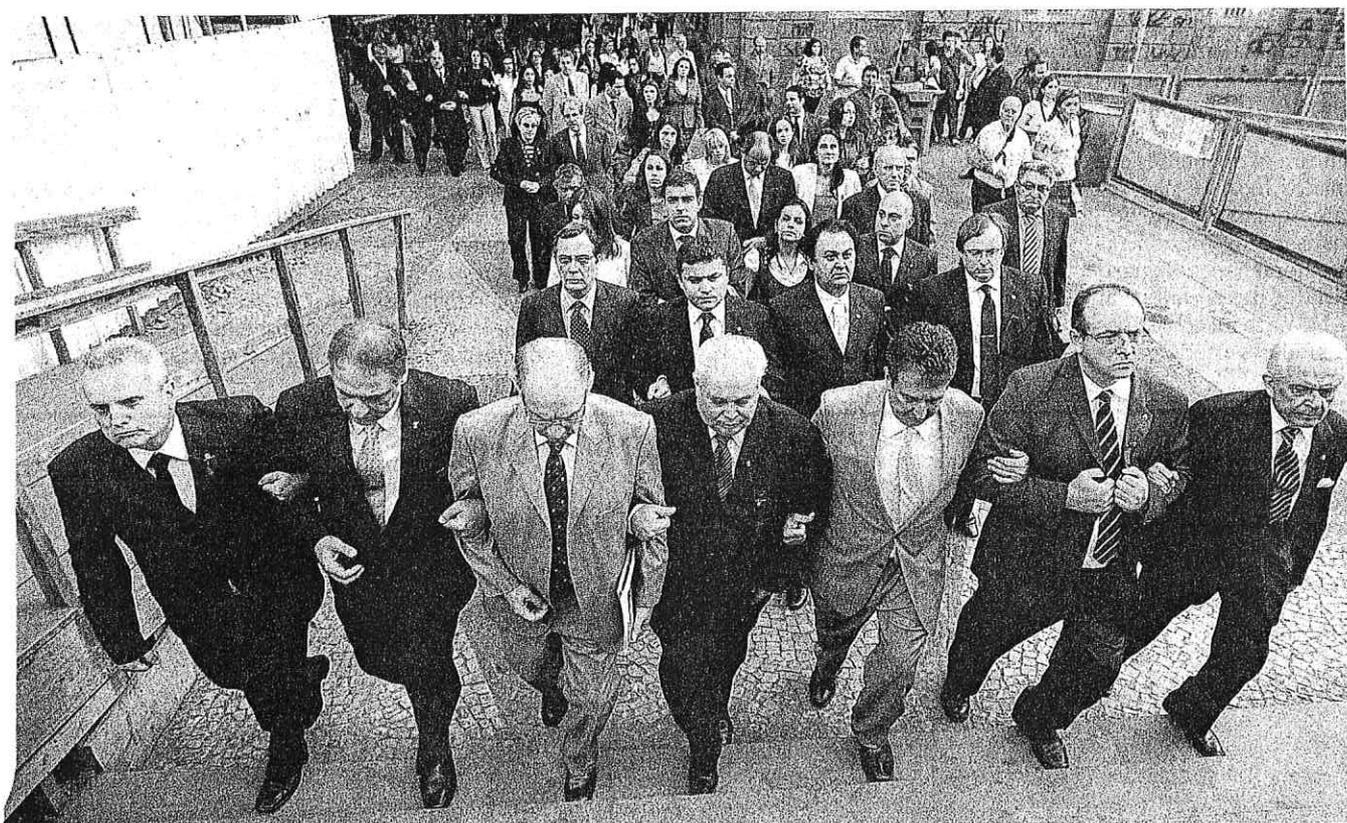
● Em resposta ao assassinato da juíza Patrícia Acioli, que em 2009 foi ameaçada por integrantes da chamada Máfia das Vans de São Gonçalo, o Departamento de Transportes Rodoviários (Detro) realizou ontem operação contra o transporte clandestino irregular na cidade e também em Niterói. Foram apreendidos 21 veículos, entre vans e Kombis.

“Sabemos que São Gonçalo era dominada por falsas cooperativas ligadas à Máfia das Vans e, por isso, muitas de nossas ações na região acabaram em ocorrências policiais. Nada disso nos intimidou e seguiremos combatendo fortemente esse tipo de atividade marginal, que financia a atividade de milicianos e traficantes”, informou, em nota, o presidente do Detro, Rogério Onofre. A operação continuará.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 19 AGO 2011



Manifestação. De braços dados, magistrados lembraram a morte de Patrícia Acioli em ato no Tribunal de Justiça do Rio

19 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Mãe denuncia a filha de 16 anos à PM ao achar cocaína em seu computador

A estudante M.C.F., de 16 anos, de Araçatuba, a 530 km de São Paulo, foi internada ontem em uma unidade da Fundação Casa na capital paulista. A mãe denunciou a filha ao encontrar 45 gramas de cocaína escondida no seu computador. A pena será cumprida em São Paulo porque não há vaga na única unidade de internação feminina que a fundação tem no interior, em Cerquei-

ra César. “Não sabia que ela seria enviada para tão longe, mas não vou abandoná-la”, afirmou a mãe, que é dona de casa.

45 dias
DE INTERNAÇÃO
PROVISÓRIA FOI A
DECISÃO DO
JUIZADO

Ela disse que foi a primeira vez que achou droga com a filha. A mulher acrescentou que há um ano tenta recuperar a jovem e chamar a PM foi a solução. “Procurei de tudo, conselho tutelar, delegados, clínicas de recuperação. E não encontrei ajuda.”

O ESTADO DE S. PAULO

DORA KRAMER 9 AGO 2011

Um toque de pudor

As lideranças do PT e do PMDB costuraram ontem uma saia justíssima na Câmara ao indicarem João Paulo Cunha, réu do mensalão, e o notório Eduardo Cunha, respectivamente para presidente e relator da proposta do novo Código de Processo Civil já aprovada pelo Senado e que começa a ser examinada em comissão especial na próxima quarta-feira.

Quase metade da bancada de 79 deputados do PMDB já se posicionou contrária à indicação de Eduardo Cunha, sustentada pelo líder Henrique Eduardo Alves, mas a reação envolve outros partidos preocupados com a repercussão negativa do fato de, mais uma vez, pessoas de condutas questionáveis serem levadas a postos e funções relevantes no Parlamento.

No caso do Código de Processo Civil soa até como ironia e evidentemente fragiliza a comissão antes mesmo de iniciados os trabalhos.

A notícia da indicação dos dois chegou durante o ato de recebimento da proposta pelo presidente da Câmara, Marco Maia. Na condição de “decano entre os deputados presentes”, o deputado Miro Teixeira pediu a palavra para, na frente do ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux e do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, cobrar “agilidade” no julgamento de acusados a fim de evitar o constrangimento do colegiado no convívio com colegas alvos de processos e investigações.

“Falei no sentido de que a Justiça olhe para si e que o Parlamento também se respeite”, explicou Miro.

Inevitável: correu a piada de que o mais adequado seria indicar João Paulo e Eduardo Cunha para cuidar de assuntos relativos ao Código Penal.

Entrega do Código Civil a deputados alvos de acusações provoca embaraço na Câmara

Descontadas as brincadeiras, o embaraço é geral. Alcança até mesmo o presidente da Câmara, que não veria com bons olhos as indicações. Marco Maia receia que a instituição seja objeto de duras críticas.

Na terça-feira 35 deputados do PMDB haviam se reunido para marcar posição contra a “dobradinha” Henrique Alves e Eduardo Cunha na exclusividade da interlocução com o governo, a fim de fazer ver ao governo que os dois não têm essa delegação. Naquela altura, já se sabia que Alves tinha a intenção de dar a Cunha a relatoria do Código, mas os deputados ainda achavam que ele pudesse recuar.

Ontem, o líder resolveu bancar a indicação e acabou alimentando o sentimento de revolta. Com isso, daqui até quarta-feira haverá uma tentativa de articular com outros partidos a apresentação de novos nomes que não os escolhidos.

Segundo Miro Teixeira, é um movimento sem dono, uma benfazeja “combustão espontânea”.

19 AGO 2011

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Carli Filho pode reaver passaporte

■ A 1.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná decidiu devolver o passaporte ao ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho. A decisão de apreender o documento havia sido tomada no dia 18 de julho em despacho assinado pelo relator do caso, Naor Macedo Neto. A solicitação foi feita por Elias Mattar Assad, advogado da família de um dos jovens que morreu no acidente com o deputado.

O TJ afirma que a competência para julgar a retenção do passaporte não cabia ao relator. Por isso, o processo foi encaminhado para um juiz de primeira instância. Na defesa, os advogados de Carli Filho argumentam que não existem indícios de que o ex-deputado tentará evadir-se do país.

TRÂNSITO

Motorista embriagado mata ciclista

■ Um ciclista morreu atropelado na manhã de ontem, em São José dos Pinhais. Osmar da Cunha, de 38 anos, foi atingido por um Audi A3 conduzido pelo engenheiro mecânico Savo Cecilavic, de 35 anos. O acidente ocorreu em frente a um parque, a cerca de 500 metros do portal da cidade, na Avenida das Torres.

Segundo a Polícia Civil, o motorista vai responder por homicídio com dolo eventual (quando assume o risco de cometer o crime) e por embriaguez ao volante. Cecilavic teria se negado a fazer o teste do etilômetro, mas, segundo os policiais, apresentava sinais evidentes de embriaguez, como hálito etílico e reflexos afetados. O veículo envolvido no atropelamento foi apreendido.

19 AGO 2011

GAZETA DO POVO

MORRO DO BOI

Justiça liberta
2 acusados de
forjar provas

■ A 1.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) concedeu habeas corpus a dois presos por suspeita de fraudar provas no caso que ficou conhecido como “Crime do Morro do Boi”. A decisão beneficia o delegado José Tadeu Bello, ex-titular da delegacia de Matinhos, e o guarda municipal Marcelo de Mello Coradin. Eles foram detidos em junho, suspeitos de envolvimento em uma trama para inocentar Juarez Ferreira Pinto, condenado no ano passado a 65 anos de prisão pelo ataque a um casal de namorados no litoral do Paraná, em 2009. O investigador da Polícia Civil aposentado, Altair Ferreira Pinto, conhecido como Taíco, e o policial militar Renato Pereira da Silva tiveram os pedidos de liberdade negados. Taíco é irmão de Juarez.

PIRAQUARA

Estado deve
transportar
estudantes

■ Uma decisão do juiz Anderson Ricardo Fogaça, da Vara Criminal da Família e da Infância e Juventude de Piraquara, na Grande Curitiba, determina que o governo estadual faça o transporte de alunos da rede estadual de ensino no município. Segundo a decisão, o governo deve assumir o transporte ou repassar ao município o valor de R\$ 2.740.768,80, referente ao custo anual do transporte, que está sendo feito pela prefeitura da cidade. O estado tem 10 dias para adequação e, em caso de descumprimento, deve pagar multa diária de R\$ 15 mil. A decisão é baseada na Lei de Diretrizes e Bases. A ação foi solicitada pelo município depois de o governo estadual ter oferecido um repasse anual de R\$ 158.037,94 para as despesas com transporte.

VIOLÊNCIA

Mais um juiz
do Rio é alvo
de ameaça

■ Cinco dias após a morte da juíza Patrícia Acioli, que atuava contra milícias em São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, um plano para matar outro juiz, que já decretou a prisão de mais de 50 policiais militares, foi comunicado ao Disque-Denúncia, na última terça-feira. O alvo é o magistrado Alexandre Abrahão, da 1.ª Vara Criminal de Bangu, na zona oeste do Rio. “Estava voltando de licença médica e fui pego de surpresa”, disse Abrahão, considerado um dos juízes mais atuantes contra policiais corruptos. A informação dizia que a morte do juiz havia sido encomendada por Rogério de Andrade, apontado como um dos chefes da máfia de caça-níqueis no Rio. O aviso afirmava que Andrade, que está foragido da Justiça, tem o apoio de 39 PMs de um mesmo batalhão. Outro alvo seria o diretor do Departamento de Polícia da Capital, Ricardo Dominguez. Abrahão informou que sua segurança foi reforçada.

19 AGO 2011

GAZETA DO POVO

PALESTRA

Análise econômica do direito e
decisões judiciais

- ▶ DATA: 23 de agosto (às 19 horas).
- ▶ LOCAL: auditório da Emap – Escola da Magistratura do Paraná.
Rua Ernani Santiago de Oliveira, 87 – Centro Cívico.
- ▶ INFORMAÇÕES: (41) 3254-6500 ou www.emap.com.br

19 AGO 2011

GAZETA DO POVO

21ª CONFERÊNCIA

Ministros do STF confirmam palestras

■ A 21.ª Conferência Nacional dos Advogados, que será realizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de 20 a 24 de novembro em Curitiba, já conta com cinco ministros do Supremo Tribunal Federal entre seus palestrantes. As inscrições para o evento estão abertas e podem ser feitas diretamente pelo site da OAB no banner do evento. Este ano, o tema da Conferência será "Defesa das Liberdades, Democracia e Meio Ambiente".

Os ministros que vão proferir palestras na programação são Carlos Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia Antunes Rocha, Luiz Fux e José Antonio Dias Toffoli.

AGU tenta reaver verba para prova que vazou

■ A Advocacia-Geral da União (AGU) prepara uma ação para exigir que seja devolvido aos cofres públicos o dinheiro pago em 2009 ao consórcio Connasel, responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Naquele ano, um exemplar da prova foi furtado da gráfica responsável pela impressão do material. O exame teve de ser cancelado às vésperas da aplicação, e o contrato com o consórcio foi rompido.

De acordo com o Ministério da Educação, foram esgotadas todas as possibilidades de cobrança administrativa dos R\$ 38 milhões pagos ao consórcio. A pasta encaminhou a denúncia para que a AGU possa tomar as providências jurídicas de cobrança. O valor corrigido da dívida está em torno de R\$ 46 milhões.

TRABALHO

Concurso de monografia tem inscrições abertas

■ Estão abertas as inscrições para o 2.º Prêmio Professor João Régis Fassbender Teixeira, cujo objetivo é estimular e desenvolver estudos na área do Direito do Trabalho. O tema da segunda edição do concurso é "A subordinação e o Direito do Trabalho atual". As inscrições são gratuitas e as monografias podem ser entregues até 31 de agosto de 2011 na sede da Escola Superior de Advocacia da OAB Paraná (Rua Brasilino Moura, 253 – Ahú – Curitiba – PR). Serão premiados os três primeiros colocados, com valores de R\$ 5 mil (primeiro colocado), R\$ 3 mil (segundo colocado) e R\$ 2 mil (terceiro colocado). O regulamento do concurso está disponível no site da OAB Paraná (www.oabpr.org.br).

19 AGO 2011

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Para pensar...

"Contamos com uma Polícia Federal atuante. Mil vezes termos excessos do que apatia. Os excessos podem e devem ser coibidos visando o aprimoramento."

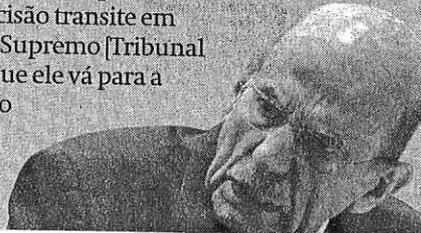
Marco Aurélio Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal, elogiando o trabalho da PF na Operação Voucher.

Melhores salários

Juízes federais decidiram fazer uma marcha em Brasília para reivindicar reajustes salariais, mais segurança e estrutura de trabalho e políticas de saúde e previdência. A Associação dos Juízes Federais do Brasil espera que o ato reúna cerca de mil pessoas, entre magistrados e promotores. O Dia da Mobilização pela Valorização da Magistratura e do Ministério Público foi marcado para 21 de setembro.

NOTA COM FUNDO

A ampla possibilidade de apresentação de recursos às decisões judiciais faz com que os corruptos no Brasil nunca sejam presos, disse ontem o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage (foto). Para ele, o país precisa mudar as leis processuais para prender os corruptos. "Um corrupto hoje nunca vai para cadeia, porque é grande a quantidade de recursos que ele pode usar para impedir que a decisão transite em julgado. Além disso, o Supremo [Tribunal Federal] não permite que ele vá para a cadeia antes do trânsito em julgado. Então, o sujeito confia na impunidade."



COLUNA DO LEITOR

Juíza assassinada

A morte violenta da juíza Patrícia Acioli é só mais uma das mortes que ocorrem todos dias, até em pequenas cidades. Além de mortes há arrastões, assaltos, sequestros etc. É comum ver na tevê e ler nos jornais que criminosos presos em flagrante são ouvidos nas delegacias e liberados. São recorrentes os casos de criminosos com fichas de vários metros que são liberados por juízes através de liminares e *habeas corpus*. Esperamos que o assassinato da juíza Patrícia Acioli mude a benevolência de muitos juízes.

Mário A. Dente

19 AGO 2011

GAZETA DO POVO

NEPOTISMO

Assembleia exonera irmão do chefe do porto

■ A Assembleia Legislativa do Paraná exonou o advogado Mauro Vidal Maron, irmão do superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Airton Vidal Maron, do gabinete da liderança do governo — de responsabilidade do deputado Ademar Traiano (PSDB). A demissão foi publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo do estado.

A exoneração ocorreu depois que reportagem da *Gazeta do Povo* divulgou a prática de nepotismo cruzado entre o parlamentar e o chefe do porto. Em janeiro, Airton Vidal Maron contratou Osmar Traiano, irmão do deputado, para cargo em comissão na superintendência da Appa. Menos de um mês depois, foi a vez de Traiano contratar o irmão do superintendente da Appa no gabinete da liderança do governo. Essa troca de nomeações é uma irregularidade proibida pela súmula anti-nepotismo editada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2008.

Ofícios

Apesar da exoneração de Mauro Vidal Maron, o Ministério Público Estadual está investigando o caso. De acordo com o promotor Paulo Ovídio dos Santos Lima, responsável pelo caso, a demissão não muda o andamento da apuração. “Essa exoneração não muda em nada o quadro”, resumiu o promotor. Ofícios requisitando documentos sobre as contratações já foram encaminhados tanto para a autarquia quanto para o Legislativo estadual.

Se confirmada a irregularidade na contratação de parentes, o MP pode entrar na Justiça com ação de improbidade administrativa contra Ademar Traiano e o superintendente da Appa, Airton Vidal Maron. (KK)

“Essa exoneração não muda em nada o quadro.”

Paulo Ovídio dos Santos Lima,
promotor responsável pela investigação.

COLUNA DO LEITOR

Nepotismo

A contratação de parentes implica uma quebra do direito de todos de participarem da concorrência das vagas. É uma competição desleal com os demais candidatos que tenham as mesmas capacidades técnicas, e muitos desses contratados (parentes) não possuem a formação necessária para a ocupação do cargo.

Kelvyn Douglas Padilha

Ex-diretores voltam a culpar Bibinho por fraudes na Alep

R\$ 200 milhões

teriam sido desviados dos cofres da Assembleia paranaense (foto acima), segundo o Ministério Público, por meio do esquema de corrupção montado pelos ex-diretores da Casa.

Nassiff e Silva voltaram a alegar à Justiça, no processo sobre a contratação de fantasmas no Legislativo, que apenas cumpriam as ordens do ex-diretor-geral

Karlos Kohlbach

Os ex-diretores da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) José Ary Nassiff (administrativo) e Cláudio Marques da Silva (de pessoal) prestaram depoimento ontem à juíza Ângela Ramina, da 9.ª Vara Criminal de Curitiba. Os dois respondem pelo suposto desvio de dinheiro público no Legislativo estadual.

Na audiência de ontem, Nassiff e Silva responderam a perguntas sobre a responsabilidade deles na contratação de familiares do ex-funcionário Daor Afonso Marins de Oliveira, que supostamente recebiam salários, mas não davam expediente na Assembleia.

Oliveira está foragido da Justiça, mas teria manifestado a intenção de se apresentar. Ele foi exonerado do cargo na Assembleia depois das denúncias de irregularidades na Casa feitas pela **Gazeta do Povo** e pela RPC TV, na série de reportagens Diários Secretos.

Bibinho

Ontem, Nassiff e Silva voltaram a responsabilizar o ex-diretor-geral Abib Miguel, o Bibinho, pela contratação de supostos funcionários fantasmas na Assembleia. A estratégia adotada pelos advogados dos ex-diretores é fugir de qualquer responsabilidade pela nomeação de servidores da Casa. Até mesmo Silva, que era diretor de pessoal, disse em depoimento que era subordinado à diretoria-geral da Assembleia, ocupada por mais de 20 anos por Bibinho, e que apenas cumpria ordens.

Como o processo foi desmembrado, apenas Nassiff e Silva figuram como réus nesta ação. Os dois respondem pelos supostos crimes de formação de quadrilha, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e desvio de dinheiro público. As mesmas acusações pesam contra

Bibinho. Mas, como no início do julgamento ele foi operado e não compareceu às audiências, a juíza que cuida do processo determinou o desmembramento da ação para dar celeridade ao julgamento.

Acusação

Bibinho, Nassiff e Silva foram denunciados pelo Ministério Público acusados de terem montado uma quadrilha acusada de desviar pelo menos R\$ 200 milhões dos cofres da Assembleia. Esse desvio se dava, segundo o MP, por meio da contratação de funcionários laranjas e fantasmas.

O processo criminal envolvendo Nassiff e Silva entrou na reta final. O Ministério Público e os advogados de defesa têm agora 20 dias para apresentar as alegações finais. Em seguida a juíza dá a sentença.

GAZETA DO POVO

Leis e 19 AGO 2011

jurisprudência

na medida exata

Convergência entre *Common Law* e *Civil Law* cria novo formato de sistema jurídico, o que demonstra a capacidade do direito de se adaptar a cada sociedade

Kamila Mendes Martins

■ No livro *Choking on Statutes* (em tradução livre: Afogando-se em estatutos), o renomado jurista ítalo-americano Guido Calabresi tece duras críticas à excessiva criação de estatutos e leis, o que estaria prejudicando a tradição norte-americana de julgar ações com base em precedentes processuais. O fenômeno também tem acontecido na Inglaterra, berço do sistema da *Common Law*.

No Brasil, o que vem ocorrendo é justamente o inverso. O sistema jurídico brasileiro é fundamentado na tradição romano-germânica da *Civil Law*, com origem na Europa continental, e que tem como preceito básico a codificação. Tanto é que por aqui ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei. Contudo, muitos institutos jurídicos típicos da *Common Law* têm sido adotados pelos brasileiros. Tome-se como exemplo a Repercussão Geral, prevista pela Constituição Federal. Essa técnica processual garante que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue ape-

nas um recurso extraordinário de centenas ou milhares que tenham as mesmas características. Com base na decisão da corte, os demais tribunais terão de julgar os demais pedidos semelhantes da mesma forma.

Ao que parece, mesmo a contragosto, Calabresi, que neste livro lista uma série de razões para essa excessiva atividade legislativa e os problemas que os juízes norte-americanos têm enfrentado ao ter de decidir se julgam pelo costume ou pela nova lei, terá de aceitar essa convergência entre sistemas jurídicos.

“Há essa convivência, porque não é uma invasão pura e simples. São na verdade enxertos legislativos. Se enxertamos um pé de pésego em uma ameixeira, teremos uma nectarina. Um sistema aprende e dialoga com o outro. Faz enxertos da *Common Law* na *Civil Law* e desenvolvem-se novas fórmulas, que não são as ortodoxas de tempos atrás. O que demonstra que o direito é um organismo vivo”, analisa o professor do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná Egon Bockmann Moreira.

“Ele [o direito] se adapta a cada sociedade, o direito é cada vez mais entendido com pluralidade de fontes”, explica o professor. Além do direito posto pelo Estado, temos os direitos dos grupos sociais que regulam determinados comportamentos. “Veja o Conar, que regula as agências de publicidade, por exemplo. São as próprias agências que instalam esse direito”, complementa Moreira.

Similaridades

“Hoje é mais fácil encontrar similaridades do que diferenças [entre os sistemas]”, afirma o professor de Teoria Geral do Direito, do UniCuritiba e doutorando pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, Roberto di Benedetto. Segundo ele, o direito brasileiro tem influência de institutos de *Common Law*, assim como os ingleses também têm do sistema de *Civil Law*. “Hoje ambos sofrem influência. Somos influenciadas por instituições rotuladas de *Common Law* assim como eles são influenciados por instituições rotuladas como de direito civil.”

“Um sistema aprende e dialoga com o outro. Faz enxertos da *Common Law* na *Civil Law* e desenvolvem-se novas fórmulas, que não são as ortodoxas de tempos atrás. O que demonstra que o direito é um organismo vivo.”

Egon Bockmann Moreira, professor do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná

CONTINUA

19 AGO 2011

GAZETA DO POVO

GLOSSÁRIO CONTINUAÇÃO

Veja como são os principais sistemas utilizados:

Common Law – utiliza os precedentes jurídicos para julgar cada caso. É baseado nos costumes (direito consuetudinário). O juiz faz sua sentença de acordo com decisões tomadas anteriormente e reiteradas vezes. É aplicado nos países de colonização inglesa, como a própria Inglaterra e os Estados Unidos.

Civil Law – sistema que se baseia na lei escrita, ou seja, no direito positivado. O que vale é o que está na lei, tanto é que nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer algo se não em virtude de lei. Surgiu na França no período das revoluções burguesas, como uma

forma de proteção do cidadão diante do Estado.

► **Repercussão Geral** – instrumento processual previsto na Constituição. O objetivo é possibilitar que o STF selecione os Recursos Extraordinários que irá analisar. O uso desse filtro resulta numa diminuição do número de processos encaminhados à Corte. Uma vez constatada a existência de repercussão geral, o STF analisa o mérito da questão e a decisão proveniente dessa análise será aplicada posteriormente pelas instâncias inferiores, em casos idênticos.

CONTINUA

“Eles legislam sobre o que é importante”

Pedro Sanson Corat, juiz da Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba e presidente do Provita no Paraná.

■ O diálogo entre os sistemas da *Common Law* e da *Civil Law* pôde ser visto *in loco* pelo juiz da Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba, Pedro Sanson Corat, que participou de um intercâmbio de 23 dias nos Estados Unidos, promovido pelo próprio Departamento de Estado norte-americano. Lá, acompanhado de outros cinco juristas, ele teve a oportunidade de conhecer o sistema criminal, examinar o método de investigação relacionado ao tráfico de drogas, ao crime organizado, à lavagem de dinheiro, à corrupção e ao terrorismo daquele país.

“Conhecemos o que está acontecendo em um país muito mais avançado. Lá, o sistema de freios e contrapesos efetivamente funciona. Não é como aqui”, explica Corat, que conta que pretende se reunir com autoridades brasileiras para sugerir algumas das práticas bem sucedidas nos Estados Unidos para serem implantadas aqui.

Como o senhor vê as mudanças nos sistemas jurídicos dos EUA e do Brasil?

O Brasil está saindo de um direito positivo para um direito até meio consuetudinário. O que o nosso Supremo está fazendo? Está interpretando as leis. Não tem lei, o Supremo diz como decidir. Os EUA estão, fazendo um caminho inverso. Eles estão de uma forma ou de outra, positivando o que chamam de *Common Law*. Eles estão efetivamente legislando, positivando aquilo que antes eles julgavam de forma reiterada.

O direito norte-americano é baseado nos costumes. O nosso é baseado nas leis.

Os dois sistemas estão tentando encontrar um equilíbrio entre ambos. Só que me parece que no caso deles, eles legislam sobre o que é muito importante. E nós, ao contrário, legislamos sobre tudo. Não há lá aquele número impressionante de leis, mas o que é legislado é muito importante.

O que pretende fazer com o que aprendeu no intercâmbio?

Vou falar com o governador sobre o *probation* – sistema que dá todo o apoio aos juízes na hora de arbitrar fiança, na hora de conceder uma liberdade provisória. É uma agência do governo norte-americano existente em cada estado, que auxilia os juízes para poder dar uma sentença com base em informações da vida do réu. A sentença é mais bem fundamentada, pois é feita com base em uma investigação efetivamente da vida do cidadão, não simplesmente um banco de dados do acusado. O pessoal do *probation* faz uma entrevista com o preso, e essa entrevista é levada ao juiz para que tenha um mínimo de elementos para que possa tomar uma decisão.

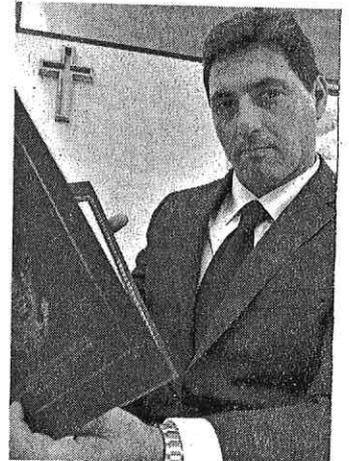
Quais os benefícios para o Estado de uma agência como a *Clearing*?

A *Clearing* trata de um problema que existe aqui, que é o de duas autoridades estarem investigando um mesmo crime. Essa agência evita que haja investigações paralelas e que o trabalho de uma autoridade atrapalhe o de outra. Com ela, evitaríamos gastar com agentes em investigações paralelas. Seria possível colocar as equipes trabalhando em conjunto, com a metade do esforço. Outra coisa bem interessante e que

pode ser instalada no Brasil seriam as agências que trabalham em conjunto. Existe um local específico em Nova Iorque onde todas as agências do governo norte-americano trabalham lado a lado, com promotores estaduais e federais.

Como é no Brasil?

Aqui cada uma trabalha por si. Lá todos trabalham em conjunto, de forma interligada, com o objetivo de combater o crime organizado.



19 AGO 2011 GAZETA DO POVO

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

MARCOS ALBERTO SANT ANNA BITELLI

O controle da mídia

As restrições de direitos, historicamente, não funcionam como instrumentos de incentivo, e as intervenções do Estado nos mercados contra o interesse dos consumidores são inócuas

A aprovação pelo Senado Federal do PLC 116, que cria um novo marco legal para os serviços de televisão por assinatura, colocará fim às assimetrias regulatórias entre as tecnologias de tevê a cabo, MMDS e DTH. Permitirá a entrada das empresas de telefonia nesse mercado, prometendo mais competição. Estabelece ainda um campo de proteção à atividade econômica das empresas de radiodifusão, devido à maior capacidade econômica das "teles". Com esse cenário, se diz que a oferta de serviços convergentes deverá aumentar a capilaridade de inserção desses serviços a todas as regiões do Brasil, levando ao aumento do acesso à internet. Parece uma boa ideia. Contudo, a tramitação desse projeto, originário da Câmara dos Deputados (o PL 29), padece de um vício recorrente no processo legislativo brasileiro, que é a inclusão de contrapesos e caronas que acabam sendo tolerados em troca de um ou outro benefício setorial.

Sem ouvir os assinantes e ao arrepio dos princípios fundamentais da Constituição, o Senado Federal, numa casuística urgência que privou a análise técnica das suas comissões (em especial, a de Constituição e Justiça), permitirá restrições aos direitos de comunicação social e a concessão indevidos poderes de regulação da programação audiovisual pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). Essas perigosas proposições, de constitucionalidade questionável, estão espalhadas nos Capítulos IV e V do PLC 116.

Preocupa que a Ancine, agência criada para o fomento da atividade audiovisual, seja erguida à efetiva condição de agência reguladora da atividade do audiovisual, que não é um serviço público sujeito a outorgas. Com essa novidade, o Brasil entra na onda de outros países da América do Sul que estão voltando suas energias para o controle da mídia.

A proposta chega ao limite de permitir que

a agência autorize ou não a programação de um canal de tevê paga, defina qual é o seu horário nobre, indo ao absurdo de poder cassar, banir esse canal de ser veiculado. Estabelece, ainda, um anacrônico nacionalismo contra os estrangeiros, pessoas físicas e jurídicas, que afastará investimentos. Trata-se de um precedente gravíssimo, que coloca em xeque o papel das agências reguladoras e remete à ressurreição do sonho ideológico da "Ancinav", que parecia sepultado pelo governo do presidente Lula.

O Capítulo V introduz questionável regime de inserção de cotas de conteúdo brasileiro nos canais, o que viola a propriedade autoral e a liberdade de comunicação e expressão. Os canais de conteúdo qualificado terão de descompilar sua programação, e o assinante terá de assistir aos produtos compulsoriamente programados, por vontade do Estado. É a "Hora do Brasil" versão 2011, um verdadeiro retrocesso no momento em que vivemos.

As restrições de direitos, historicamente, não funcionam como instrumentos de incentivo, e as intervenções do Estado nos mercados contra o interesse dos consumidores são inócuas. O consumidor buscará o que deseja de outras maneiras, notadamente aquelas que não geram impostos, empregos, desenvolvimento e respeito aos direitos intelectuais. Os artigos 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25 do PLC 116/2010 merecerão ser considerados inconstitucionais, assim como seus artigos 9.º, § único, 10, 12, 13, 21, 22, 31 e 36, incisos III e IV, pois ferem todo o capítulo da Comunicação Social, diversos dispositivos dos direitos individuais, o princípio da livre iniciativa, da livre concorrência, do planejamento indicativo para o segmento privado e, principalmente, o direito do consumidor, cuja defesa obrigatória por parte do governo não é feita no PLC 116, pois o governo se transforma de defensor em agressor. Sem a supressão desses artigos por veto presidencial, restará apenas ao Supremo Tribunal Federal a tarefa de extirpá-los do nosso ordenamento jurídico.

Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito da Universidade Mackenzie, é fundador do IICS/Centro de Extensão Universitária. **Marcos Alberto Sant**

Anna Bitelli é professor coordenador do Curso de Pós-Graduação de Comunicação e Direito do IICS/Centro de Extensão Universitária.

Meio ambiente, sociedade, hackers e o Judiciário

No mês passado o Congresso Nacional deu um passo para a deterioração de um importante conjunto de leis (Código Florestal) que nunca havia sido cumprido de fato. No entanto, uma parte de mim ficou feliz. Digo o motivo.

Em sua criação, e em todas as suas alterações anteriores, foi fácil aprimorar o código porque ele estava abaixo do radar. Na década de 60, ninguém além dos próprios ambientalistas levava a coisa a sério. Todos sabiam que o país não possuía organização institucional suficiente para vencer a distância entre o papel e a beira do rio. Em 2011, aqueles proprietários rurais mais imediatistas viram o cerco apertar e se organizaram para o embate.

Aos adeptos da barbárie e do faroeste caboclo, interessa o embate entre ambientalistas e o Judiciário, seja em relação ao Código, seja em relação a outros temas.

A título de exemplo, há alguns meses, enquanto fazia neste espaço uma exortação ao cumprimento da chamada Lei Cidade Limpa em Londrina, algum leitor irresponsável ou aluno vândalo, por meios eletrônicos e sem minha autorização — mais que isso: contra minha opinião —, utilizou meu nome para lançar uma infame acusação ao Judiciário e em especial ao juízo da 6.ª Vara Cível de Londrina. Em um site local, foi postado comentário, junto a uma notícia sobre o tema, afirmando, com minha falsa subscrição, que uma associação de classe teria “comprado” decisão judicial que beneficiasse seus associados. A estratégia, além de fomentar o embate que mencionei acima, agride levemente pessoas e instituições idôneas, interessadas na democrática solução de questões públicas rele-

Ambientalistas e Poder Judiciário precisarão estar muito alinhados para enfrentar as pressões que sofrerão agora que atingiram organização suficiente para enfrentar interesses entranhados há muito tempo

vantes. Se não bastassem os problemas reais com os quais convivem, precisam ainda lidar com outros, virtuais, embora não menos incômodos.

Assim, mesmo tendo sido eu também vítima do evento, transmito minhas sinceras desculpas aos referidos órgão e instituição, poder constituído em nosso Estado, acima elogiados inclusive, e que prestam relevante papel social, sem correspondente divulgação.

Ressalto ainda que, quando as poucas instâncias preocupadas com o bem comum não trabalham juntas, perdem todos os cidadãos. No caso do vandalismo acima relatado, seu perpetrador tem uma vitória de pirro, enquanto perdemos todos.

Ambientalistas e Poder Judiciário precisarão estar muito alinhados para enfrentar as pressões que sofrerão agora que atingiram organização suficiente para enfrentar interesses entranhados há muito tempo em nossa sociedade. Aqueles, com manifestações coerentes e informativas; este, com o intuito de concretizar o programa ambiental em nossa Constituição e suas leis regulamentares instituído, cujo ideal de sustentabilidade se vislumbrou quando de sua promulgação, não só para esta, mas para as futuras gerações, notadamente porque ambos possuem capacidade e seriedade para tal missão.

Isenção de custas em causas resolvidas por acordo

Nos últimos anos, o número de demandas levadas ao Poder Judiciário vem aumentando significativamente. Entretanto, a solução desses conflitos vem se mostrando lenta, quer por falta de estrutura dos tribunais para solucionar rapidamente as demandas, quer por conta de uma legislação processual que permite às partes postergar as demandas por anos a fio, por meio de recursos intermináveis que acabam abarrotando as instâncias superiores.

Assim, diante desse quadro que se apresenta, no qual a ineficiência do Poder Judiciário e legislação processual ultrapassada se aliam, às partes não resta outra solução senão buscar a composição como a melhor forma para a solução dos conflitos. É como no ditado: "melhor um mau acordo do que uma boa briga". São sábias palavras que devem permear a ideia de todos aqueles que atualmente procuram o Judiciário para solucionar conflitos.

A conciliação, sem sombra de dúvida, é a melhor solução para todos os envolvidos no processo: o demandante (autor) tem sua questão solucionada mais rapidamente, ainda que tenha de fazer algumas concessões mas, certamente, o resultado lhe será muito mais proveitoso diante da demora para julgamento dos processos pelo Judiciário; o demandado (réu) deixa de pagar juros e correção monetária durante todo o período em que o processo tramitará e, além disso, terá algum benefício diante das concessões feitas pelo demandante, certamente reduzindo a possibilidade de perda; os juízes deixarão de analisar processos e funda-

mentar sentenças, podendo focar suas atenções em causas de maior complexidade, nas quais a conciliação se mostra impossível ou mesmo desaconselhável (direitos indisponíveis). Enfim, é proveitoso para toda a sociedade.

Buscando estimular a conciliação, muitos tribunais vêm realizando campanhas incentivando as partes a comporem. Entre elas estão a realização de mutirões, pautas temáticas de processos, além do dia Nacional da Conciliação (8 de dezembro) criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que todos os anos busca encerrar milhares de processos em todo o país. As partes, por sua vez, também já vêm se mostrando mais abertas à conciliação. Tanto é verdade, que muitas empresas, por iniciativa própria, acabam procurando os tribunais de Justiça solicitando a realização de mutirões nos quais são indicados processos com real possibilidade de acordo e encerramento do caso. É uma mudança de cultura onde se estimula a solução do litígio e não a litigiosidade.

Contudo, uma questão se mostra presente: a do pagamento das custas processuais quando o processo é encerrado pelo acordo. O autor fez concessões, o réu antecipou uma perda, ainda que diminuída, o Judiciário encerrou um processo, ou seja, todos participaram para a solução do litígio.

O pagamento das custas, muitas vezes, se mostra um empecilho para a composição, pois tanto o autor quanto o réu já fizeram concessões e não querem mais ser onerados. Por isso o CNJ está estudando a elaboração de projeto de lei para isentar do pagamento de custas processuais aqueles que encerrarem as causas por meio da

conciliação. Trata-se de medida acertada e que contribuirá sobremaneira para o aumento dos acordos em todo o país. É preciso que tal isenção se dê por meio de lei, pois atualmente a previsão da cobrança de custas judiciais decorre da lei, não podendo as partes serem dispensadas deste pagamento. Mas com essa nova medida, os magistrados terão mais um argumento para incentivar as partes a comporem, isenção de custas, o que não será dispensado com uma sentença judicial de mérito, e que acabará onerando a parte vencida. Mudar a cultura, demonstrar as vantagens da composição, desestimular os litígios, diminuir as demandas judiciais, são pontos que pesam a favor do magistrado para convencer as partes a conciliarem.

Luís Carlos M. Lourenço, advogado especialista em Direito das Relações de Consumo e preside a Comissão de Ensino Jurídico da OAB-BA.

19 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Insegurança originada por várias violências



A sensação de medo não depende apenas de estatísticas de mortes. Violações cometidas longe do alcance das autoridades também levam as pessoas a isso

Mauri König

¶ São as taxas de homicídio que costumam nortear as políticas públicas de segurança, mas não só os assassinatos aumentam a sensação de medo e reduzem a qualidade de vida das pessoas. A violência não compreende apenas os crimes tipificados como violação da lei penal (homicídio, sequestro, roubo e outros crimes contra pessoa ou patrimônio), mas todas as ações que provocam efeitos negativos sobre as pessoas e as regras de convívio em sociedade. Há muitas formas

de violência, desencadeadas por diferentes motivos, e nem todas captadas pelo radar estatístico da segurança pública.

“Parece existir uma coisa só, mas são muitas as violências”, pontua o sociólogo Michel Misse, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além da violência criminal, aponta Misse, há aquelas relacionadas aos mercados ilegais (como tráfico de drogas), às brigas cotidianas, aos conflitos entre vizinhos, aos acidentes de trânsito, à violência contra a mulher, a criança e o idoso, aos crimes ambientais. Tudo concorre para aumentar a sensação de insegurança e prejudicar as relações sociais.

Estudos do diretor do Centro de Tratamento e Pesquisas de Vítimas de Crimes da Universidade da Carolina do Sul (EUA), Dean Kil Patrick, revelam que vítimas de crimes estão dez vezes mais sujeitas a enfrentar depressões profundas que a maioria das pessoas. Mas a violência urbana não se limita a tirar o sossego apenas de quem já foi alvo de crime. As sequelas se estendem também a pessoas que vivem ou circulam por áreas consideradas de risco, ou mesmo àquelas que estão atentas aos noticiários policiais.

Reação emocional

Para o Comitê Europeu sobre Problemas Criminais, o medo do crime está vinculado ao medo da ocorrência de certos delitos, tais como homicídios, estupros, arrombamentos e lesões corpo-

rais. Outros estudos atestam que esse tipo de medo é uma reação emocional caracterizada pela percepção de perigo e consequente ansiedade produzida por sua ameaça remota ou iminente — indicada por fatores percebidos no ambiente, como a notícia de ocorrências idênticas às mencionadas pelo comitê europeu. Portanto, a sensação de insegurança não se atrela apenas às taxas de homicídio.

A redução das taxas de assassinatos nem sempre é o bastante para o cidadão se sentir mais seguro, segundo estudo divulgado em março pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Embora a Região Sudeste seja a que registra o menor índice de homicídios dolosos do país e os estados do Rio de Janeiro e São Paulo tenham conseguido reduzir esse tipo de crime, a sensação de insegurança ainda é maior do que nas regiões Centro-Oeste e Sul. A explicação está, em grande parte, na falta de confiança nas polícias. No Sudeste, só 25% das pessoas confiam, índice que sobe para 30% no Nordeste e 41% no Centro-Oeste.

INTERATIVIDADE

Que medidas podem ser adotadas dentro de casa para que a sensação de insegurança seja minimizada?

CONTINUA

Escreva para

leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

Veja alguns tipos de violência que contribuem para aumentar a sensação de insegurança da população:

CONTRA IDOSO

Reflexo das más relações familiares, a violência mais frequente contra o idoso é de natureza física, ou seja, danos e lesões corporais ocasionados na maioria das vezes pelos próprios filhos ou familiares próximos. Os maus-tratos mais comuns são:

Físicos

Lesões repetidas pouco justificáveis, queimaduras, feridas, erosões, hematomas, fraturas.

Psíquicos

Insultos verbais, isolamento e o silêncio como causador do dano, ameaças ou censuras, desprezos à pessoa, suas ideias e vontades.

Econômicos

Roubo de bens e imóveis, saques de

dinheiro com cartão do idoso, privação de seus próprios pertences, mau uso dos seus bens.

NOTRÂNSITO

Mais de 40 mil pessoas morrem por ano no Brasil vítimas da violência no trânsito, metade delas em decorrência de acidentes causados por embriaguez. A sensação de insegurança se mistura à sensação de impotência quando a mídia noticia cada vez mais casos de impunidade de autores de crimes de trânsito. Dados do Departamento Nacional de Trânsito mostram que 46 mil pessoas foram atropeladas no Brasil, em 2009.

DAPOLÍCIA

Quando a violência é praticada por policiais, a sensação de medo é ainda

maior porque a população perde a confiança na instituição responsável pela sua segurança. Segundo pesquisa deste ano do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), só 25% da população da Região Sudeste confia nas forças policiais de seu estado, 45% confiam pouco e 30% não confiam nem um pouco.

NA ESCOLA

Sendo a escola um lugar de preparação para a vida, casos de violência intramuros geram uma sensação de insegurança porque a população percebe que ela não está conseguindo cumprir suas funções. Em geral, os alunos problemáticos não esperam nada da escola, estão lá apenas porque não têm outra alternativa e são forçados a isso.

CONTRA A CRIANÇA

Um ambiente familiar hostil e desequilibrado pode afetar a aprendizagem e o desenvolvimento físico, mental e emocional de seus membros. Uma criança que sofre maus tratos tem probabilidade muito maior de ser um adulto agressivo do que os demais. A criança ou adolescente costuma reproduzir no meio social o que aprende em casa. Os tipos de agressão contra crianças são:

Violência física

Emprego de força física no processo disciplinador de uma criança, ação que causa dor física: de um tapa a um espancamento fatal. Em geral, os agressores são os pais ou responsáveis que usam essa estratégia como forma de domínio sobre os filhos.

Negligência

Descuido, ausência de auxílio financeiro, colocando a criança ou adolescente em situação precária, como desnutrição, baixo peso, doenças, falta de higiene.

Violência sexual

▶ Ato ou jogo sexual entre um adulto e uma criança/adolescente, tendo por finalidade estimulá-la sexualmente ou utilizá-lo para obter satisfação sexual. Afeta o físico e o emocional da vítima.

Violência psicológica

▶ Interferência negativa do adulto sobre a criança, formando nela um comportamento destrutivo. Há mães que submetem o filho a vexames, gritam com ele, faz queixas, comparações, palavrões, chantagem.

Agressão contra a mulher afeta toda a família

Toda família perde quando há violência em casa. No caso de agressões à mulher, não é só ela quem sofre, mas também os filhos. Além das sequelas físicas e psicológicas à vítima direta da violência, os filhos são educados pelo mau exemplo do agressor.

A Organização Mundial da Saúde reconhece a violência doméstica contra as mulheres como uma questão de saúde pública. A violência afeta negativamente a integridade física e a saúde mental. Viver em uma situação de violência aumenta o risco de adoecimentos. Há ocorrências expressivas de problemas mentais, depressão e tentativas de suicídio.

Os tipos clássicos de agressão contra a mulher são:

- ▶ Violência física: empurrão, rasteira, mordida, tapa, soco, torção, corte, queimadura, golpes com objetos.
- ▶ Violência sexual: ser forçada a fazer sexo, estupro.
- ▶ Violência psicológica: ameaça, chantagem, xingamento, palavras humilhantes, desautorização.
- ▶ Violência patrimonial: quebrar móveis e eletrodomésticos, atirar objetos pela janela, rasgar roupas e documentos, ferir ou matar animais de estimação.

19 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Em depoimento, Derosso é evasivo e pouco esclarece

Presidente da Câmara de Curitiba não responde quase nada sobre contrato de publicidade firmado com sua mulher. Mas critica a imprensa

Chico Marés

¶ Pouco esclarecedor. Assim foi o depoimento do presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), sobre as denúncias de que teria favorecido sua mulher, Cláudia Queiroz Guedes, em contratos de publicidade do Legislativo municipal no valor de R\$ 5,1 milhões.

Num depoimento de cerca de três horas ao Conselho de Ética da Câmara, Derosso foi evasivo nas respostas relativas ao contrato que assinou com sua mulher. E se negou a responder em público a qualquer pergunta que envolvesse Cláudia, alegando se tratar de "questão íntima". Para ele, até mesmo o fato de Cláudia ser funcionária da Câmara no momento da licitação, o que é proibido por lei, seria uma "questão íntima".

O vereador alegou ainda que todos os contratos estão dentro da legalidade e que não houve nenhuma infração à Lei de Licitações. Derosso também disse ser vítima de uma espécie de conspiração político-eleitoral para prejudicá-lo.

O único detalhe dado por Derosso sobre os contratos de publicidade da Casa foi a verba recebida por meios de comunicação de Curitiba. De acordo com ele, a Oficina de Notícia gastou R\$ 3,6 milhões, do total de R\$ 5,1 milhões, com diversos veículos da capital. Entretanto, Derosso não respondeu o que foi feito com o resto do dinheiro. Questionado pelo vereador Juliano Borghetti (PP), Derosso disse também que faria um levantamento da quantia gasta por meio da empresa Visão Publicidade — que administrou R\$ 26,8 milhões. O período vigência dos contratos com as duas agências foi de 2006 ao início deste ano.

Perguntas

Favorecido por perguntas amenas feitas por vereadores aliados, especialmente as de Valdemir Soares (PRB), Derosso aproveitou a sessão para criticar a imprensa e insinuar que existem interesses políticos por trás das denúncias contra ele.

O fato de ele estar sendo cotado como um possível candidato a vice-prefeito na chapa de Luciano Ducci (PSB) em 2012, estaria por trás "ataques". "A mídia política viu que era importante bater, sem respeito e sem ética, fazendo com que o vereador Derosso virasse um leproso da noite para o dia", comentou, em terceira pessoa. O presidente também anunciou que iria processar jornalistas que "dissem besteiras".

Em determinado momento do depoimento, o Valdemir Soares perguntou se havia lhe ocorrido renunciar ao cargo de presidente. "Em hipótese alguma, vereador!", disse Derosso. "As forças ocultas da nossa cidade e da nossa imprensa querem que eu renuncie. Mas não o farei."

Só publicidade

A sessão de ontem do Conselho de Ética abordou exclusivamente os contratos de publicidade firmados pela presidência da Câmara com as empresas Oficina de Notícia, da mulher de Derosso, e a Visão Publicidade. Além da questão da propaganda, Derosso também é acusado de realizar contratações irregulares de funcionários da Assembleia e de nepotismo (veja quadro ao lado).

Originalmente, o Conselho de Ética planejava fazer uma sessão em que as "questões íntimas" de Derosso fossem tratadas de forma secreta, não aberta para o público. Mas a ideia foi abortada. Mesmo assim, Derosso se ancorou neste argumento para se esquivar de perguntas mais delicadas. O presidente do Conselho, o vereador Francisco Garcez (PSDB), disse que, diante dessa situação, deve convocar uma sessão fechada em breve para que as perguntas "íntimas" sejam respondidas.

CONTINUA

19 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DESTAQUES

O depoimento de ontem de João Cláudio Derosso foi marcado por fatos curiosos e inusitados:

"Cráudia"

Derosso perdeu a linha quando o vereador Zezinho do Sabará (PSB) fazia perguntas sobre a mulher do presidente da Câmara, Cláudia Queiroz Guedes, referindo-se a ela como "Cráudia". Derosso respondeu: "Todas essas questões são de foro íntimo, e o nome é Cláudia", forçando o "L". Zezinho não perdeu a compostura: "Posso até falar errado, mas eu faço o certo". O vereador da CIC foi aplaudido por boa parte dos vereadores e da imprensa.

Camaratour

Após uma série de perguntas da vereadora Professora Josete (PT), que estava sendo mais incisiva, Derosso novamente foi indelicado. Sugeriu que a vereadora não conhecia a estrutura administrativa da Casa e a convidou para fazer um "Camaratour" com ele.

Cercadinho

Ao contrário das sessões ordinárias, nas quais os jornalistas podem caminhar livremente pelo plenário, a imprensa ontem ficou restrita a um cercado pequeno. A restrição valeu até para os fotógrafos e cinegrafistas. Em um determinado momento, houve confusão por causa de um fotógrafo que saiu do "cercadinho" para tentar encontrar um ângulo melhor e foi repreendido pelo cerimonial da Casa. A sessão teve de ser interrompida.

Nova denúncia

O deputado federal Dr. Rosinha (PT-PR) formalizou ontem uma nova denúncia, com pedido de investigação ao Ministério Público. Ele pede averiguação dos contratos com a Visão. Segundo a denúncia, a Câmara teria gasto R\$ 12 milhões para imprimir 45 edições do jornal Câmara em Ação. A tiragem do informativo, de cerca de 20 páginas, chegou a passar dos 200 mil exemplares em alguns meses. Apesar disso, não foram encontrados exemplares impressos.

Insinuações

A vereadora Renata Bueno aproveitou seu direito à voz para perguntar a Derosso se algum jornal de propriedade de algum vereador recebeu dinheiro da Câmara. Foi uma cutucada bem pouco discreta ao presidente do Conselho de Ética, Francisco Garcez (PSDB), diretor licenciado do jornal Folha do Boqueirão. Derosso respondeu que não tinha nenhum levantamento a respeito.

De costas

Em vez de dar seu depoimento virado para a imprensa e para os outros vereadores, Derosso preferiu ficar sentado na primeira fileira de cadeiras do plenário, de costas para todos e de frente, apenas, para os membros da Comissão de Ética (foto). O tempo todo ele era assessorado por três advogados, que sussurravam as respostas e diziam quando não era aconselhável responder às perguntas feitas pelos vereadores. Na saída, não falou com nenhum jornalista.

Tucano busca "coletivizar" responsabilidade sobre contratos

Em seu depoimento ao Conselho de Ética, o presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), tentou "coletivizar" a responsabilidade pelos contratos de publicidade da Casa. Segundo ele, todos os vereadores foram beneficiados pelas propagandas e todos também tiveram a oportunidade de opinar sobre os valores destinados à comunicação durante a elaboração dos orçamentos da Câmara.

Derosso comentou ainda que todos os vereadores são beneficiados com a propaganda e podem ganhar mais votos quando o trabalho da Câmara é divulgado. "Quando me elegei [pela primeira vez], em 1988, eu era um vereador do [bairro] Xaxim. Hoje eu tenho votos na cidade inteira, graças à divulgação dos trabalhos feitos aqui na Câmara", relembrou o vereador. Ele reforçou, também, que o trabalho de todos os parlamentares foi divulgado de forma igual pelas empresas de publicidade contratadas pela Casa.

Ele também declarou que as decisões sobre a realização de licitação para publicidade, assim como os valores, foram tomadas "pelo colegiado" de vereadores. Mas destacou que as decisões técnicas foram todas tomadas pela administração da Casa, sem que houvesse qualquer ingerência política. O vereador também reforçou que todos os vereadores podem acompanhar os gastos da Câmara, pelos relatórios trimestrais.

Apesar disso, desde o início da crise a oposição a Derosso insiste que não há nenhum instrumento de controle dos gastos. Segundo a vereadora Professora Josete (PT), a oposição já propôs a criação de uma comissão de controle interno. "Hoje, não temos meio de fiscalizar a Mesa Executiva e os atos da presidência que envolvem recursos públicos", disse a vereadora. (CM)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

AS ACUSAÇÕES

Derosso responde a três denúncias no Conselho de Ética da Casa:

1 Derosso é acusado de ter cometido uma série de irregularidades nos contratos de publicidade da Câmara, que vigiram durante os anos de 2006 e 2011. Os contratos têm valor de cerca de R\$ 30 milhões. A principal suspeita é de que ele tenha beneficiado a empresa Oficina da Notícia, que pertence à mulher de Derosso, Cláudia Queiroz Guedes. A Oficina venceu a licitação, em 2006, quando ela era servidora da Câmara, o que é proibido. Ela ficou com um contrato de R\$ 5,1 milhões. Derosso alega que, quando Cláudia venceu a concorrência, ele ainda não era casado com ela.

2 Quatro funcionários da Assembleia foram contratados pela Câmara, o que é proibido pela Constituição. O MP investiga ainda a suspeita de que alguns deles teriam sido "fantasmas" nas duas Casas. Entre os contratados, um nomeado por Derosso se destaca: João Leal de Mattos, acusado pelo MP de ser um dos operadores do esquema de desvio de dinheiro da Assembleia denunciado pela série de reportagens Diários Secretos, da Gazeta do Povo e da RPC TV.

3 Derosso contratou neste ano a cunhada para um cargo em comissão na Câmara de Curitiba. Empregar parente é proibido desde 2008 pela súmula antinepotismo editada pelo STF. A irregularidade é passível até de cassação.

19 AGO 2011

"A mídia política viu que era importante bater, sem respeito e sem ética, fazendo com que o vereador Derosso virasse um leproso da noite para o dia."

"As forças ocultas da nossa cidade e da nossa imprensa querem que eu renuncie. Mas não o farei."

"Quando me elegi, em 1988, eu era um vereador do Xaxim. Hoje eu tenho votos na cidade inteira, graças à divulgação dos trabalhos feitos aqui na Câmara."

João Cláudio Derosso (PSDB), presidente da Câmara.

GAZETA DO PARANÁ

Fatalidade W.S.F. foi o único sobrevivente de uma verdadeira tragédia na BR-467

Avós ganham na Justiça a guarda provisória 19 AGO 2011

No acidente que aconteceu no viaduto do Contorno Oeste na BR-467, morreram os pais e os dois irmãos do garoto

RAFAEL MARCANTE
Da CGN Cascavel

• O olhar tímido e o jeito simples de brincar são do pequeno W.S.F., apesar de ter apenas quatro anos de idade, o garoto já se mostra um grande vencedor.

W.S.F. foi o único sobrevivente de uma verdadeira tragédia onde o pai, a mãe e os dois irmãos morreram, depois que o carro em que a família viajava caiu no viaduto do Contorno Oeste na BR-467, entre as cidades de Toledo e Cascavel.

O acidente aconteceu no dia 21 de maio deste ano, W.S.F. foi socorrido por uma equipe do Siate e encaminhado com ferimentos graves ao hospital Universitário.

Depois de 15 dias internado, ele recebeu alta e foi morar com os avós maternos. “É uma sementinha que ficou para nós, Deus tem um plano nas nossas vidas, pois eu entrei em coma esses tempos, fiquei mal antes deles morreram, antes do acidente, e como os outros dois morreram e ele sobrou? É porque é uma vida que é para eu cuidar, criar. Se Deus me der saúde eu vou criar ele. Vou dar

educação, já estou educando, porque ele era bastante revoltadinho, mas agora já está bem mais calmo”, afirma a avó do menino, Eraeles Carneiro de Souza.

“Enquanto nós estivermos vivos na face da terra e ele estiver com nós, queremos dar toda a assistência da maneira que ele precisar”, relata o avô, Alaércio Machado.

A juíza Fernanda Macedo, da Vara da Família de Cascavel, concedeu para os avós do pequeno W.S.F. a guarda provisória do garoto, a luta agora é conseguir a guarda definitiva do menino.

“Eu acredito que daqui uns 30 dias que é o prazo que a juíza deu, ela vai dar a guarda definitiva mesmo, pra sempre. Aí nós que vamos cuidar dele, já estamos com ele na verdade, mas ficará melhor ainda quando a juíza decidir tudo certo, aí ele vai ficar para sempre com nós”, aguarda Alaércio.

De acordo com o avô, o garoto ficou traumatizado. Ele lembra e

conta sobre o acidente. “Ele fala do motivo do ocorrido, ele conta certinho, que estavam indo para Toledo e o pai dele caiu no buraco e o motoqueiro que socorreu ele, que o tirou de dentro do buraco e hoje ele tem muito medo de passar lá no local, ‘aqui que meu pai caiu’, ele conta tudo certinho como que foi”, relata.

Mesmo com tanto amor e carinho, criar o pequeno não é uma tarefa tão fácil para os avós. Dona Eraeles faz tratamento para curar um câncer de mama. A família passa por dificuldades financeiras, o sustento da casa é garantido por um salário que ela recebe de aposentadoria e mais um benefício que seu Alaércio recebe do INSS. “Enquanto eu tiver vida e saúde eu vou cuidar dele. Enquanto eu puder cuidar dele, se Deus quiser”, desabafa a avó.

O acidente

O acidente, que vitimou quatro pessoas e uma criança ficou em estado grave, ocorreu na BR-467 em Cascavel. De acordo com informações de populares, na época, o veículo Verona, seguia pela rodovia no sentido Cascavel/Toledo, quando próximo ao viaduto do Contorno Oeste, o motorista do carro perdeu o controle e caiu barranco abaixo. Socorristas e médico do Siate foram acionados para atender os feridos, no entanto ao chegarem constataram a morte de quatro pessoas apenas uma criança sobreviveu.

DATA

21

De maio. Data em que ocorreu o acidente na Br-467

TJPR devolve Passaporte a Carli Filho



Fernando Carli Filho Divulgação

A defesa do ex-parlamentar recorreu e Carli Filho conseguiu reaver o documento

Viviane Nonato/Assessoria
Cascavel

• Por dois votos a um, a Primeira Câmara do Tribunal de Justiça do Paraná, acatou ontem (18) o recurso da defesa do ex-deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho, com o pedido de devolução de seu passaporte. O documento havia sido 'confiscado' pela Justiça a partir de um pedido formulado pelo criminalista Elias Mattar Assad, assistente de acusação no caso em que Carli Filho figura como réu, no acidente de trânsito que resultou na morte de Gilmar Rafael Yared e Carlos Murilo de Almeida. A defesa do ex-parlamentar recorreu e Carli Filho conseguiu reaver o documento. A expectativa era grande para a sessão que foi pública e bastante concorrida, já que a discussão englobava a possibilidade da aplicação da nova lei processual penal, que trata de medidas cautelares criminais e sua interpretação judicial. O Tribunal acolheu a tese da defesa de Carli Filho "no sentido de que, pela nova lei processual, o Relator em Segunda Instância não teria competência para a decisão e que esta cabe ao juiz criminal da própria Vara do Júri". O resultado teve abrir jurisprudência para outros casos.

19 AGO 2011 GAZETA DO PARANÁ

A FRASE

"Não importa o que eu acho desta decisão, importa o que toda a sociedade vai achar dela"

ELIAS MATTAR ASSAD
Criminalista

De acordo com o advogado Assad, com a decisão "o acusado está liberado para deixar o país livremente, independentemente do julgamento final, pelo júri popular, do processo criminal que responde". "Não importa o que eu acho desta decisão, importa o que toda a sociedade vai achar dela", afirmou.

Para ele, "caso o acusado deixe o país, a justiça não será poupada de um imensurável desgaste de jurisdição". "Em verdade, o acusado acaba de receber no Tribunal um passaporte para a impunidade". A tese da defesa do ex-deputado foi à utilização de um "agravo regimental", que pediu que o TJPR reconsiderasse a decisão que determinou a apreensão do seu passaporte. Os principais argumentos foram o princípio constitucional da 'presunção de inocência' dizendo que a causa ainda não foi julgada, seguida da afirmação de que Carli Filho estava na via preferencial e que o juiz não tem poder geral de cautela no processo penal.

FÁBIO CAMPANA

Passaporte na mão

A justiça decidiu devolver ontem (18) o passaporte ao ex-deputado Luis Fernando Ribas Carli Filho. O documento foi apreendido em julho desse ano, depois de uma decisão assinada pelo relator responsável pelo processo – Naor Rótoli de Macedo. Na época, a justiça entendeu que a posse do passaporte poderia facilitar uma possível fuga do acusado para outro país. A defesa de Carli Filho entrou com um pedido para que o ex-parlamentar recuperasse o documento.

Adiado

A audiência que iria julgar, ontem, o recurso da defesa de Juarez Ferreira Pinto, condenado pelo crime conhecido como Morro do Boi, foi adiada para quinta que vem. O pedido de adiamento foi feito ontem pela defesa do réu. Juarez foi condenado a 65 anos e 5 meses de prisão, em regime fechado. O crime aconteceu em janeiro de 2009.

FOLHA DE S. PAULO

MARINA SILVA

Intolerável

19 AGO 2011

Corrupção mata. Entender isso é fundamental para atacar um dos males que mais empatam o desenvolvimento socioeconômico e político do Brasil. Ainda há quem não veja a conexão entre corrupção e violência, mas elas estão intimamente ligadas.

Da mesma forma, devemos entender que a baixa eficiência e o mau funcionamento dos serviços do Estado estão tremendamente relacionados à cultura da corrupção, ao patrimonialismo, à falta de transparência e à baixa capacidade de mobilização social.

A morte da juíza Patrícia Acioli, no Rio, não é apenas um crime brutal. A execução de uma servidora pública correta e rigorosa com os crimes, principalmente os cometidos por agentes públicos, revela a força que as máfias têm no país. E o tamanho que elas adquiriram, graças à corrupção.

Quando a propina chancela e incentiva o desvio de conduta, torna-o cada vez maior. E chega a um ponto em que vê na lei um obstáculo que precisa ser removido, tirando do caminho quem a faz cumprir.

É na má política que se choca o ovo da serpente da violência policial e das relações espúrias entre poder de Estado e delinquência. Quem assistiu aos filmes de José Padilha "Tropa de Elite" e "Tropa de Elite 2" pode ver como a propina de todo dia fortalece a mão que aperta o gatilho contra os inocentes.

A morte de Patrícia Acioli é uma afronta ao Estado democrático de Direito. Ela não é apenas mais uma vítima. Era alguém que, no desempenho de suas funções, buscava combater a barbárie de grupos que querem controlar a vida de quem mora na periferia e, claro, o próprio Estado.

Matar uma juíza revela enorme convicção da própria impunidade. É uma declaração de guerra às leis, à democracia e à sociedade. Assim como é inaceitável que o Brasil conviva com a execução de uma juíza, também não é mais tolerável convivermos com o nível de corrupção que tem marcado o nosso país.

Vemos, na mídia, como a Índia, país com problemas maiores do que os nossos, desperta vigorosamente para o combate à corrupção. E o que falta para o Brasil? Quanto mais indignada for a resposta da sociedade aos escândalos e aos homicídios de cada dia, maior será o poder de reação contra essas mazelas no âmbito do próprio Estado.

A autoridade pública da menor à maior se sentirá fortalecida e incentivada a agir contra a corrupção, que é, em si, uma forma de violência contra a coletividade.

A faxina, então, deixa de ser rápida, como se faz quando chega uma visita inesperada, e passa a ser permanente, vigorosa, profunda. É desse nível de exigência que precisamos. Se nos acostumarmos a deixar barato, perderemos o controle do que é público, do que é de todos nós.

19 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Juiz responsável pela condenação de mais de 50 PMs é alvo de ameaça

Polícia recebe detalhes do plano para matar outro magistrado no Rio

DO RIO

Cinco dias após a morte da juíza Patrícia Acioli, que atuava contra milícias em São Gonçalo, no Rio, um plano para matar outro juiz, que já decretou a prisão de mais de 50 policiais militares, foi comunicado ao Disque-Denúncia na última terça-feira.

O alvo do plano é o juiz Alexandre Abrahão, da 1ª Vara Criminal de Bangu, na zona oeste. O caso foi revelado ontem pelo jornal "O Dia".

"Estava voltando de licença médica e fui pego de surpresa", disse Abrahão.

A informação dizia que a morte do juiz havia sido encomendada por Rogério de

Andrade, apontado como um dos chefes da máfia de caça-níqueis no Rio.

O aviso afirmava que Andrade, que está foragido da Justiça, tem o apoio de 39 PMs de um mesmo batalhão. Dizia, ainda, que um servidor da Justiça passou para os criminosos informações sobre o esquema de segurança do juiz e detalhes do carro dele.

Abrahão informou que sua segurança foi reforçada. A Secretaria de Segurança não deu detalhes sobre o caso.

Segundo o plano, o juiz seria morto perto do trabalho. Outro alvo seria o diretor do Departamento de Polícia da Capital, Ricardo Dominguez.

Abrahão é considerado

um dos juízes mais atuantes contra policiais corruptos.

LISTA

Apontado como autor de suposta "lista da morte" na qual constava o nome de Acioli, Wanderson da Silva Tavares, o Gordinho, fez um acordo com Acioli e com o Ministério Público para fazer delação premiada.

O advogado dele, Rafael Batista dos Santos Filho, disse que a lista foi feita para orientar a defesa sobre os personagens do processo.

"Ela foi feita para adiantar a explicação para os advogados", disse. Para a polícia, os 12 nomes eram de pessoas "marcadas para morrer".



» MEMÓRIA Magistrados realizam ato em protesto pela morte da juíza Patrícia Acioli, em frente ao Tribunal de Justiça do Rio; ela foi morta na semana passada, em Niterói

19 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Juiz barra seguro após suspeita de suicídio

Seguradora diz que assassinato durante roubo foi

premeditado por vítima; defesa vai recorrer

“ Nas cartas, se percebe claramente que ela [Maria Eliete Urbano, morta em 2005] tinha um horizonte de vida curto e que tinha obsessão pela morte

ANTONIO CARLOS ALVES PEREIRA
defensor da MetLife

A dona de casa Maria Eliete Urbano morreu com tiros na cabeça, em 2005, em Embu (Grande SP). Para a polícia, foi um roubo seguido de morte, cometido por um jovem com quem a vítima tinha relacionamento amoroso.

Seis anos depois, a Justiça barrou o pagamento de um seguro de vida contratado pela vítima após a seguradora MetLife dizer que o crime foi “suicídio premeditado”.

No último dia 19 de julho, o juiz Edson Luiz de Queiroz acolheu recurso da empresa, que se recusou a pagar o benefício de R\$ 1,4 milhão (valor de 2005) porque, após investigação própria, constatou que Eliete fez o contrato três meses antes de sua morte para beneficiar os filhos, um irmão e uma amiga.

O juiz condenou os beneficiários a pagar as custas do processo. O advogado da família disse que vai recorrer.

Segundo o defensor da MetLife, Antonio Carlos Alves Pereira, da Ernesto Tzirulnik Advogados, Eliete passou informações falsas no momento do contrato.

No processo, a seguradora argumenta que ela sofria de problemas psiquiátricos e tinha muitas dívidas.

A vítima contratou o seguro em agosto de 2005. Foi encontrada morta dentro de um

Palio em 9 de dezembro do mesmo ano. Poucos dias antes da morte, emancipou a filha de 17 anos, segundo a seguradora, para que ela pudesse receber o benefício.

Na mesma época, Eliete fez um seguro com outra empresa — no valor de R\$ 1,5 milhão — e um plano de assistência funerária. Ambos os benefícios foram pagos.

Para a MetLife, outra prova de que ela encomendou a própria morte foram as cartas deixadas aos filhos, achadas após o crime. “Nas cartas, se percebe claramente que ela tinha um horizonte de vida curto e que tinha obsessão pela morte”, disse Pereira.

Segundo a investigação policial, Eliete chegou ao local acompanhado do namorado, Jeferson Bonfim, que desceu do carro, deu dois tiros nela e fugiu numa moto com um comparsa.

O advogado da vítima, Claudio Lopes Carteiro, diz que os acusados eram viciados em drogas. Bonfim teria atirado após uma briga com ela. Ele e o comparsa foram condenados pela morte.

Em carta, mulher pede que filhos ‘não esbanjem’

Para comprovar a tese de suicídio premeditado, os advogados da MetLife contrataram médicos que emitiram pareceres.

Num deles, o psiquiatra Guido Palomba disse presumir que ela fizera “contratação de seguro com a intenção de posteriormente tirar a própria vida” e que as cartas deixadas aos filhos relatam “depressões e angústias”.

Os textos foram escritos entre 5 de outubro e 5 de dezembro, este último, quatro dias antes da morte. Nas mensagens, ela os orientava a não esbanjarem o seguro e a entregarem quantias em dinheiro a algumas pessoas.

“A quantia que receberão, no caso de minha morte, é bastante razoável, porém quero alertá-los que dinheiro não aceita desaforo, ou seja, não esbanjem”, dizia um trecho. Também pedia que tivesse seus órgãos doados e fosse cremada.

O advogado Claudio Lopes Carteiro contesta a tese de suicídio. “Ela gostava da vida. Tinha paixão pelos filhos e, por isso, escrevia as cartas a eles.”

Segundo ele, testemunhas e parentes afirmaram que um dos motivos da morte seria o fato de Eliete querer um relacionamento mais sério com o namorado. Após uma briga, ele a matou.

“No processo criminal, o juiz entendeu que quem quer se matar não vai ao cabeleireiro e se cuida, como ela fez no dia”, disse.

A Folha não localizou os familiares de Eliete.

Casal é suspeito de 'prender' jovem por mais de 20 anos

19 AGO 2011

Polícia diz que jovem, hoje com 24, pode ter sido tirada dos pais ainda bebê

**Investigadores
chegaram ao casal
após denúncia de outro
caso e desconfiaram
da origem da garota**

SÍLVIA FREIRE
DE SÃO PAULO

Uma jovem de 24 anos suspeita de ter sido sequestrada ainda bebê por um casal de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, era mantida sob efeito de remédios e só saía de casa acompanhada, segundo a Polícia Civil de Minas Gerais.

A jovem, identificada como Natália, foi descoberta pela polícia na terça e está sob cuidados médicos e psicológicos em local sigiloso.

Ela ainda não foi ouvida pelos investigadores do caso.

A polícia disse ter identificado a provável mãe biológica da jovem, que já morreu, e outros parentes biológicos.

A polícia diz que ainda não localizou nenhum deles.

Os investigadores chegaram até Natália por meio de um outro caso: o sequestro de uma menina de sete anos, ocorrido no dia 7 deste mês, na mesma cidade mineira.

As investigações levaram até a dona de casa Neli Maria Neves, 53, e o policial militar aposentado Jair Narcizo de Lacerda, 65, presos na terça sob a suspeita de sequestrar a menina de sete anos.

De acordo com a polícia, Neli foi condenada em 1984 por matar o ex-marido.

A Polícia Civil diz que o casal já havia registrado a

criança como filha legítima em um cartório do município de São Joaquim de Bicas, também na região metropolitana de Belo Horizonte.

Foi constatado também que eles registraram Natália como filha legítima, no mesmo cartório, anos atrás.

Segundo a polícia, o casal confessou ter sequestrado a menina de sete anos.

RASTRO

A polícia não sabe se o desaparecimento de Natália, quando ela tinha um ano de idade, foi registrado. Mas trabalha com a hipótese de ela ter sido sequestrada.

Uma parte das testemunhas disse à polícia que Neli tomou a filha de sua tia. Outra parte afirmou que o casal criou Natália com o consentimento dos verdadeiros pais.

A falsa mãe, diz a polícia, usava o nome da jovem para adquirir bens, mas não deu detalhes de como funcionaria o suposto esquema.

O PM Lacerda foi ouvido hoje pela delegada Cristina Coelli, que apura o caso.

A **Folha** não conseguiu falar com os advogados do casal preso. Os dois tiveram a prisão temporária decretada.

A polícia aguarda avaliação médica para saber se a jovem tem deficiência mental ou se passou muito tempo sob efeito de remédios.

Ainda segundo a polícia, a casa, localizada em um condomínio de classe média baixa, tinha grades e o portão ficava sempre trancado.

A jovem chegou a frequentar a escola e, segundo a polícia, concluiu o ensino médio.

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE S. PAULO

ENTENDA O CASO

Polícia suspeita que casal mantinha jovem sequestrada em cárcere privado

19 AGO 2011

1 Durante a investigação do sumiço temporário de uma criança de 7 anos, a polícia foi levada à casa de Neli Maria Neves, dona de casa, e Jair Narcizo de Lacerda, PM reformado



2 Na casa, foi encontrada uma mulher de 24 anos, registrada como filha do casal. A polícia suspeita que ela tenha sido sequestrada ainda bebê

3 A jovem foi resgatada na terça e está sob cuidados médicos e psicológicos – a polícia não diz onde. O casal está preso

CASOS CONFIRMADOS

GOIÁS

Em 2003, a empresária Vilma Martins Costa é condenada pelo sequestro de duas crianças. Uma delas era **Pedro Rosalino Bráulio Pinto (Pedrinho)**, levado da maternidade em 1986 e registrado como filho da sequestradora



Pedrinho com a mãe biológica

ÁUSTRIA

Aos 10 anos, **Natascha Kampusch** foi capturada por Wolfgang Priklopil a caminho da escola, em 1998. Nos oito anos de cativeiro, ela fazia tarefas domésticas e foi violentada. Em 2006, ela conseguiu escapar. Priklopil se matou



EUA

Em 2009, a polícia da Califórnia localizou **Jaycee Dugard**, 29, sequestrada aos 11 anos quando ia para escola. Por quase duas décadas, ela viveu nos fundos da casa do sequestrador, Phillip Garrido, com quem teve duas filhas



Lei permite fazer o registro tardio de crianças em cartórios

Desde 2008 é possível fazer o registro tardio de pessoas em cartório, se forem apresentadas duas testemunhas idôneas.

O juiz Gilson Soares Lemes, auxiliar da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça de Minas, disse que o cartório pode checar as informações dadas. Em caso de suspeita, deve encaminhar o pedido de registro ao juiz da comarca. Antes da mudança na lei, tudo era feito por meio de um processo judicial.

19 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

STJ invalida venda de casa de Mansur

Ricardo Mansur, ex-dono do Mappin e da Mesbla, que deixou dívidas que passam de R\$ 2 bilhões, havia transferido a uma "offshore" uruguaia por R\$ 3 milhões propriedade cujo valor é estimado pelo mercado em R\$ 35 milhões. A defesa de Mansur não se pronunciou.

19 AGO 2011
FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

CURTO-CIRCUITO

O desembargador Fausto Martin De Sanctis coordena, do próximo dia 26 até 23 de setembro, o seminário "Poder Judiciário e Imprensa - Um Diálogo Aberto", no auditório do Tribunal Regional Federal da Terceira Região.

FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

PRESSA DE
CHEGAR

19 AGO 2011

Marcelo Malvio Alvez de Lima, motorista do Porsche que atropelou a advogada Carolina Cintra Santos, possui 24 pontos por cinco infrações registradas em sua carteira — quatro delas por excesso de velocidade. Com o veículo do acidente, ele teve duas multas em maio, no Guarujá e em São Bernardo. Na época em que o empresário prestou depoimento à polícia, apenas a primeira anotação veio a público.

CENTENA

Em 2010, com outro carro, Alvez foi flagrado duas vezes em menos de dois minutos, infringindo a velocidade na avenida Nove de Julho. Em uma delas, levou sete pontos por estar mais de 50% acima do limite, na época de 70 km/h. Estava, portanto, a mais de 100 km/h. Em agosto, já depois do acidente, recebeu cinco pontos, atribuídos a uma terceira placa, por “não registrar veículo no prazo de 30 dias”.

SEM REGISTRO

Celso Vilardi, advogado de Marcelo, disse não ter conhecimento das multas.

LIMITE DE VELOCIDADE

Já no processo em que teve bens bloqueados, Alvez tentava derrubar a medida no Tribunal de Justiça. A Corte determinou que o recurso só seja apreciado após manifestação da família de Carolina.

19 AGO 2011

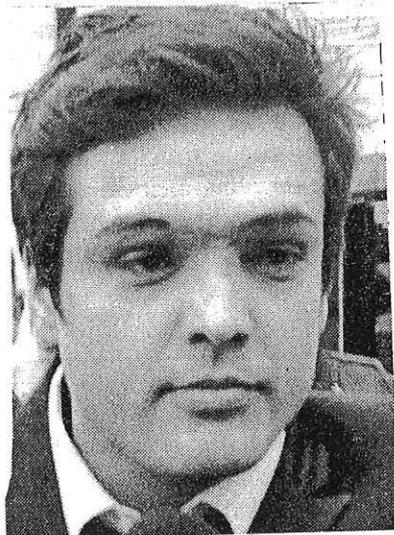
TRIBUNA DO PARANÁ

Liberação pra voar

O ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho receberá o seu passaporte de volta. A decisão foi tomada na tarde de ontem, a partir da votação realizada na Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná. Ele teve o documento apreendido pela Polícia Federal, a pedido do advogado Elias Mattar Assad, sob a alegação de impossibilitar qualquer tipo de tentativa de fuga para o exterior. O pedido foi feito depois que ficou decidido

que o ex-deputado será julgado em júri popular. Os advogados de defesa de Carli argumentaram que em nenhum momento o réu cogitou a possibilidade de sair do país, ou fugir da Justiça.

Carli Filho dirigia o carro que matou Gilmar Rafael Yared, 26 anos, e Carlos Murilo de Almeida, 20, no Mossunguê, em maio de 2009. O ex-deputado estava a mais de 160 km/h e havia consumido bebida alcoólica, segundo a acusação. Ele será julgado por duplo homicídio com dolo eventual.



Carli tem passaporte de novo.

TRIBUNA DO PARANÁ

Acidente 19 AGO 2011

Porre assassino

Motorista com sinais de embriaguez mata ciclista que ia pro trabalho pela Avenida das Torres, no começo da manhã



Osmar morreu na hora e Savo foi autuado em flagrante por homicídio com dolo eventual.

Um acidente de trânsito provocado por um motorista embriagado terminou com um ciclista morto e o condutor preso, por volta das 6h de ontem, em São José dos Pinhais. Osmar da Cunha, 38 anos, pedalava sua bicicleta pela Avenida Comendador Franco (das Torres), próximo ao portal de entrada do município, quando foi atingido pelo Audi A3 placa ASC-0104, dirigido pelo engenheiro mecânico Savo Cicilovic, 35, que foi preso em flagrante.

De acordo com a polícia, Osmar seguia para o trabalho e pedalava pela margem direita da pista. O Audi seguia no mesmo sentido, mas o motorista, que estava sozinho, não percebeu a bicicleta. O impacto foi tão forte que amassou a lateral dianteira do carro, trincou o para-brisa e quebrou o retrovisor e o vidro do passageiro. O ciclista foi jogado para fora da pista e morreu na hora.

Bafômetro

Testemunhas contaram que o motorista deixou o ciclista caído e fugiu. Porém, retornou em seguida e aguardou a chegada da polícia. “Ele se recusou a fazer o teste do bafômetro, mas os policiais militares assinaram o auto de constatação, relatando que ele tinha sinais de embriaguez”, afirmou o delegado-titular da delegacia de São José dos Pinhais, Gil Tesseroli.

Savo teria dito aos policiais que não assopraria o bafômetro porque isso o complicaria. “Mesmo assim, ele foi preso em flagrante por homicídio com dolo eventual, porque dirigia alcoolizado”, acrescentou o delegado.

COLABORAÇÃO REDE M

19 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Denúncias

Sem complicação

Presidente da Câmara não responde a nenhuma pergunta envolvendo o nome de sua esposa

O presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB) foi ouvido, ontem, pela Comissão de Ética da Casa, sobre as denúncias de irregularidades nos contratos de publicidade, que teriam beneficiado a agência de sua mulher, Cláudia Queiroz Guedes. Sem se complicar, mostrando muita tranquilidade, Derosso não respondeu a nenhuma pergunta que envolvesse o nome de sua esposa, Cláudia Queiroz, dizendo que só falará em sessão fechada. Nova sessão, secreta, deverá ser marcada para a próxima semana

Derosso disse, no entanto, que não tinha envolvimento com Cláudia Queiroz na época da licitação e que, na assinatura do contrato, já não era mais funcionária da Câmara. Derosso alegou que era praxe na Câmara prorrogar os contratos de publicidade pelo período máximo de 60 meses permitido pela licitação e que esses foram os únicos aditivos aos contratos, que, segundo ele nunca foram aditivados para elevar os valores. Segundo o presidente, os contratos "representaram economia para a Casa pois reduzimos a comissão das agências de 20% do valor dos anúncios, para 15%". Ele disse, ainda, que dos R\$ 5,1 milhões recebidos em cinco anos pela agência Oficina de Notícias, R\$ 3,6 milhões foram repassados para grandes veículos de comunicação da cidade.



Derosso: tranquilidade no plenário.

Acusação

O presidente se exaltou e culpou a imprensa quando perguntado pelo vereador Valdemir Soares (PRB) se via ligação das denúncias com a possibilidade de ele vir a ser o candidato a vice de Luciano Ducci (PSB) no ano que vem. "Aí o senhor tocou na ferida. A questão política. Sempre defendi que o ex-deputado Gustavo Fruet fosse vice do Ducci, nunca me coloquei como candidato. Mas, talvez, a mídia política decidiu massacrar, sem respeito, sem ética, um nome que vinha despontando. Mas vou mostrar que tudo foi feito coletivamente e com respaldo jurídico", disse.



Vereadores reunidos no Conselho de Ética.

19 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

MP orienta médicos

A Promotoria de Justiça de Defesa de Saúde Pública de Curitiba expediu ontem recomendação administrativa ao Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná para que tomem providências para garantir o atendimento à população por causa da greve dos profissionais da área médica que atuam nos oito Centros Municipais de Urgências Médicas marcada para segunda-feira.

O Ministério Público quer garantir que a comunidade não será prejudicada por eventual mobilização trabalhista. Os CMUMs atendem em média 650 pessoas por dia em cada unidade, inclusive pacientes de cidades da região metropolitana.

As responsáveis pelo caso são as promotoras de Justiça Luciane Maria Duda e Fernanda Nagl Garcez. O documento também foi encaminhado ao Ministério Público do Trabalho, ao Conselho Regional de Medicina e à Polícia Civil (Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde - Nucrisa). Cerca de 80 médicos atenderiam em cada um dos CMUMs.

Ofensa

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo entrou com ação civil pública, com pedido de tutela antecipada, contra a emissora Rede TV! e a Igreja Internacional da Graça de Deus, pela veiculação de mensagens ofensivas contra ateus. Durante a exibição do programa "O Profeta da Nação", em 10 de março, o apresentador João Batista disse: "Chega para frente em nome de Deus. Só quem acredita em Deus pode chegar para frente. Quem não acredita em Deus pode ir para bem longe de mim, porque a pessoa chega para esse lado, a pessoa que não acredita em Deus, ela é perigosa. Ela mata, rouba e destrói. O ser humano que não acredita em Deus atrapalha qualquer um. Mas quem acredita em Deus está perto da felicidade."

19 AGO 2011

METRO

TJ devolve passaporte e Carli Filho pode viajar

A Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná acolheu recurso da defesa do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho e lhe devolveu o passaporte, que estava retido por decisão anterior do próprio TJ. "Com a decisão o acusado está liberado para deixar o país livremente, independentemente do julgamento final, pelo júri popular", disse o advogado Elias Mattar Assad, assistente de acusação.

2 dos três desembarcadores da Primeira Câmara Criminal votaram pela devolução do passaporte ao ex-deputado.

Carli Filho é acusado de ter causado duas mortes no trânsito em Curitiba, em maio de 2009, quando dirigia seu carro em alta velocidade. Ele tentou por duas vezes derrubar a decisão de ser levado a júri popular, mas perdeu. ● METRO CURITIBA



► Livre para viajar

METRO 19 AGO 2011

Derosso diz que 'todos sabiam'

► À Comissão de Ética, presidente da Câmara diz que os contratos de publicidade eram conhecidos pelos vereadores e avisa que não renuncia

O presidente da Câmara de Curitiba, João Claudio Derosso (PSDB), depôs ontem na Comissão de Ética da casa e disse que os contratos de comunicação feitos em 2006 e prorrogados desde então sempre foram de conhecimento dos vereadores e que todos eles se beneficiaram com a publicidade. Derosso é acusado de favorecer a Oficina de Notícias, empresa pertencente à sua

mulher, a jornalista Cláudia Queiroz Guedes.

Além dessa empresa, a Câmara tem contrato também com a Visão Publicidade. O Tribunal de Contas do Estado apontou problemas nas contas da Câmara com as duas empresas.

Derosso reforçou que os vereadores aprovaram os valores a ser pagos às agências. Ele disse que a contratação da empresa da mulher, em 2006, foi feita antes de seu casamento. Depois disso, se recusou a responder a perguntas que envolvessem Cláudia, o que só fará em sessão fechada.

O vereador cobrou o que chama de "massacre dos veículos de comunicação" e atribuiu as notícias ao fato de ter apoiado o nome de Gustavo Fruet como candidato do PSDB à prefeitura.

● METRO CURITIBA

Explicações:

- 1 Tribunal de Contas aprovou as contas de 2006 a 2009
- 2 A Oficina de Notícias recebeu R\$ 5,1 milhões para repassar a veículos de comunicação
- 3 A Visão recebeu R\$ 25 milhões

19 AGO 2011

METRO

Habeas corpus é negado

MORRO DO BOI. O Tribunal de Justiça negou os habeas corpus impetrados por Renato Pereira da Silva e Altair Ferreira Pinto e concedeu a José Tadeu Inocêncio Bello e Marcelo de Mello Coradin, presos sob a acusação de ter forjado provas para inocentar Juarez Ferreira Pinto, condenado pelo crime do Morro do Boi, de 2009, em Matinhos. ● METRO CURITIBA

Mãe acusa médico de agressão

A mãe de um menino de nove anos afirmou, na quarta-feira, que um médico de um posto de saúde de Ponta Grossa agrediu seu filho. O menino estava olhando pela janela do consultório enquanto a mãe conversava com uma enfermeira. Segundo o garoto, que não se machucou, o médico estava muito nervoso e o empurrou. Os pacientes do local ainda teriam sido ofendidos. A ocorrência foi registrada no fórum da cidade.

● METRO CURITIBA

MP-PR quer garantia de atendimento

SAÚDE. Para manter 30% de atendimento nos oito Centros de Urgência e Emergência, a Promotoria de Justiça de Defesa de Saúde Pública de Curitiba, do Ministério Público Estadual, expediu recomendação administrativa ao Sindicato dos Médicos para que tome providências e cumpra a legislação.

A classe entra em greve na segunda-feira e o MP-PR quer garantir que os pacientes não serão prejudicados pela paralisação.

Na última terça-feira, o presidente do sindicato, Mario Antonio Ferrari, afirmou que o atendimento mínimo será mantido.

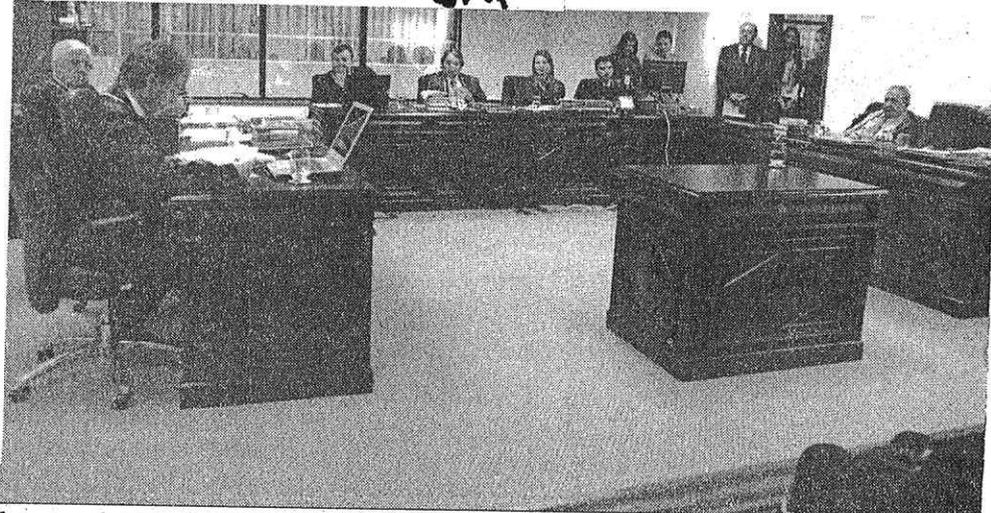
Os centros atendem, em média, 650 pessoas por dia em cada unidade, inclusive pacientes vindos da região metropolitana.

● METRO CURITIBA

19 AGO 2011

JORNAL DO ESTADO

UPR



Frente a frente os advogados de defesa e acusação no caso onde ex-deputado é réu

Carli Filho tem passaporte de volta

Da Redação

O ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho conseguiu recuperar o seu passaporte, que havia sido apreendido no mês passado pela Justiça. Ontem, a 1ª Câmara do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) acolheu recurso da defesa do ex-deputado, e lhe restituiu o passaporte. Contudo, o documento que já foi entregue à defesa de Carli Filho, já não teria validade, e ele precisa renová-lo na Polícia Federal. A decisão foi por dois votos a um.

O pedido para a apre-

ensão do passaporte do ex-parlamentar — acusado de ter provocado a morte de dois jovens em maio de 2009 em um acidente de trânsito — foi feito pelo advogado assistente de acusação e que representa a família de uma das vítimas do acidente, Elias Mattar Assad. A intenção era impedir que Carli Filho pudesse deixar o País e se refugiar em alguma outra nação, escapando do júri popular com data ainda a ser marcada.

“Não importa o que eu acho desta decisão, importa o que toda a sociedade vai

achar dela”, disse Assad após a decisão da 1ª Câmara. Nos últimos dias Assad vinha alertando que devolver o documento para Carli Filho era lhe entregar um “passaporte para a impunidade”.

A defesa do ex-deputado se baseou na nova lei processual, que ditaria que o Relator em Segunda Instância não teria competência para a decisão (no caso apreender o passaporte de uma pessoa acusada e ainda não condenada) e que esta cabe ao juiz criminal da própria Vara do Júri. O pedido pode voltar para o Juízo de 1º grau.

19 AGO 2011

JORNAL DO ESTADO

Plantão

A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba volta a funcionar neste sábado, das 9 às 18 horas. O plantão visa principalmente a auxiliar o eleitor que não pode comparecer durante a semana devido ao seu horário de trabalho. A estrutura da Central está preparada para receber e atender mais de 8.000 eleitores diariamente. Todo o eleitorado de Curitiba deve ser recadastrado pelo sistema biométrico, que identifica o eleitor através das impressões digitais. O comparecimento é obrigatório. O eleitor que não comparecer terá o título cancelado. Outra alternativa para o eleitor é agendar o seu atendimento pela internet, no site do TRE do Paraná: www.tre-pr.jus.br - evitando filas. No ato da revisão o eleitor poderá regularizar possíveis pendências, alterar local de votação e fazer retificações, bem como, receberá um novo título de eleitor.

19 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Advogado pode agora acessar processos em que não atua

Advogados e estagiários de Direito estão autorizados a acessar autos que não corram em segredo de Justiça, mesmo que eles não estejam constituídos como procuradores de partes da ação.

De acordo com o Provimento 20, de 2011, que garantiu a vista de autos, estagiários e advogados podem ver o material por até uma hora. Antes de autorizar a consulta, o serventuário do cartório deverá verificar os dados da Carteira da OAB, para confirmar se o requisitante está regularmente inscrito na Ordem.

O pedido foi levado à Corregedoria pela OAB paulista. O presidente da entidade, Luiz Flávio Borges

D'Urso, comemorou o que chama de uma "vitória importante da advocacia. "Desde o primeiro ano de nossa gestão, antes mesmo de haver lei federal em vigor, a OAB-SP solicitou e o TJ-SP editou o Provimento 4, que regulamentou a carga rápida na Justiça Estadual", conta.

De acordo com ele, "a partir dali, acabou o constante descontentamento dos colegas sobre pedidos rejeitados de vista de autos fora de cartório. Agora, a carga rápida é ampliada pelo Provimento da Corregedoria do Tribunal de Justiça para advogados e estagiários não constituídos nos autos, que não estão sob segredo de Justiça".

FÁBIO CAMPANA

Adiado

A audiência que iria julgar, ontem, o recurso da defesa de Juarez Ferreira Pinto, condenado pelo crime conhecido como Morro do Boi, foi adiada para quinta que vem. O pedido de adiamento foi feito ontem pela defesa do réu. Juarez foi condenado a 65 anos e 5 meses de prisão, em regime fechado. O crime aconteceu em janeiro de 2009.

Passaporte na mão

A justiça decidiu devolver ontem (17) o passaporte ao ex-deputado Luis Fernando Ribas Carli Filho. O documento foi apreendido em julho desse ano, depois de uma decisão assinada pelo relator responsável pelo processo – Naor Rótoli de Macedo. Na época, a justiça entendeu que a posse do passaporte poderia facilitar uma possível fuga do acusado para outro país. A defesa de Carli Filho entrou com um pedido para que o ex-parlamentar recupere o documento.

IPI sobre mercadoria roubada ainda pode ser julgado

Quando o Superior Tribunal de Justiça, no ano passado, decidiu que as indústrias devem recolher o IPI mesmo nos casos em que a mercadoria é roubada antes de chegar ao destinatário, afirmou que o risco do negócio é do empresário e não da administração pública. O fundamento se baseou em dispositivos do Código Tributário Nacional que afirmam que o tributo incide na saída do produto. Na prática, o que a corte fez foi dizer que, além de não garantir a segurança nos transportes, o que é uma função do Estado, o Executivo ainda tem o direito de cobrar por uma operação, na verdade, não aconteceu, já que o comprador jamais pagará pelo que não recebeu.

O paradoxo é fruto da interpretação literal de normas que deveriam ser analisadas em conjunto com outros princípios, na opinião do professor de Direito Tributário na Universidade Federal de Ouro Preto Raphael Frattari. Ele tratou do tema em palestra ministrada na 15ª edição do Congresso Internacional de Direito Tributário, organizado em Belo Horizonte pela Associação Brasileira de Direito Tributário. O evento, organizado desde terça-feira (18/8) em homenagem ao professor e tributarista Alberto Xavier, contou com a participação dos ministros Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, Castro Meira e João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça, além do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams e do secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto.

Suspensão julgamento que definirá presidente do TRT-MG

Pedido de vista da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu nesta quarta-feira (17/8) o julgamento de Mandado de Segurança apresentado contra decisão do Conselho Nacional de Justiça que autorizou a eleição da desembargadora Deoclécia Amorelli para o cargo de presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais para o biênio 2010/2011.

A eleição da desembargadora foi questionada porque ela já teria exercido dois cargos de direção — de vice-corregedora e vice-presidente — naquele tribunal, fato que inviabilizaria sua candidatura pela regra do artigo 102 da Lei Orgânica da Magistratura (Loman). Trecho do dispositivo determina que quem tiver exercido quaisquer cargos de direção por quatro anos, ou o de presidente, não figurará mais entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes, na ordem de antiguidade.

Deoclécia não chegou a assumir o cargo porque, em dezembro de 2009, o presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, concedeu liminar no Mandado de Segurança para suspender a posse dela e determinar que o desembargador Eduardo Augusto Lobato assumisse a presidência do tribunal provisoriamente.

Lobato é autor do Mandado de Segurança e foi o segundo mais votado na eleição do TRT-MG. Ele segue na presidência da corte trabalhista em caráter temporário, enquanto o caso não é julgado em definitivo pelo Supremo. Diante desse impasse, a ministra Cármen Lúcia afirmou que levará seu voto-vista já na sessão plenária da semana que vem.

Até o momento, há um voto favorável à posse de Deoclécia, do ministro Dias Toffoli, relator do processo, e um voto pela manutenção de Lobato na presidência do TRT-MG, do ministro Luiz Fux, que resultaria na posse do desembargador.

19 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Promessa de trabalho não cumprida gera dano moral

A Vara do Trabalho de Catalão (GO) condenou a multinacional Voith Siemens ao pagamento de danos morais por não cumprir uma promessa de emprego. Ela deverá ressarcir os gastos e pagar os danos morais sofridos por um homem que viajou da cidade onde mora, no interior de Goiás, até o estado do Maranhão a convite da empresa e com uma promessa de contrato de trabalho. Quando ele chegou na empresa, foi informado que a contratação não ocorreria porque processou a Siemens, para a qual já prestara serviços anteriormente.

De acordo com a sentença, a empresa deverá ressarcir as despesas que o trabalhador teve com locomoção, alimentação e hospedagem. Ainda de acordo com a sentença, o trabalhador investiu tempo e dinheiro ao partir de Goiás para o Maranhão na expectativa de emprego garantido. “Ao voltar frustrado, certamente o autor sentiu-se envergonhado, constrangido e com sua honra abalada, o que caracteriza o dano moral”, afirmou o juiz Kleber Moreira da Silva, que condenou a empresa ao pagamento de reparação no valor de R\$ 4 mil, e ao ressarcimento de despesas de viagem conforme apuradas nos autos.

É a segunda sentença proferida pela Vara Trabalhista de Catalão (GO) no processo. A Voith Siemens havia conseguido anular a primeira sentença via recurso ordinário ao Tribunal Regional do Trabalho de Goiás, em que alegava cerceamento de defesa. Nova testemunha foi ouvida, porém, não surtiu o efeito desejado.

O ESTADO DE S. PAULO

STJ ANULA VENDA DE MANSÃO DE MANSUR

18 AGO 2011

Imóvel de R\$ 35 milhões agora deve ir a leilão

Habitados a penar com as manobras de Ricardo Mansur para não pagar dívidas, credores do empresário conseguiram uma vitória nos tribunais. Na terça-feira, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a anulação da venda de uma mansão de Mansur para uma empresa offshore do Uruguai. A intenção agora é levar a propriedade, avaliada em cerca de R\$ 35 milhões, a leilão, levantar dinheiro e pagar parte das dívidas deixadas pelo empresário.

Apontada pelo advogado José Carlos Etrusco, administrador judicial de uma das falências de Mansur, como uma fraude para enganar os credores, a venda da mansão tinha sido anulada pela Justiça, foi confirmada em segunda instância e estava pendente no STJ. O advogado Rubens de Oliveira Lima, que defende a offshore uruguaia, disse que vai esperar a publicação da decisão e só depois avaliar o que fazer. O advogado de Mansur não respondeu às ligações.

Ex-dono das redes Mappin e Mesbla e do banco Crefisul, Mansur quebrou em 2000, deixando várias empresas falidas e uma dívida estimada em R\$ 2 bilhões. A mansão disputada no STJ é reivindicada pela massa falida da Barnett, que era a holding do empresário. O imóvel fica na região dos Jardins, um dos pontos mais valorizados de São Paulo, e pertenceu ao empresário José Ermírio de Moraes Filho.

A propriedade foi comprada

por Mansur em 1998, por R\$ 5,5 milhões, de acordo com a escritura feita na época. Dez meses depois, quando o empresário já enfrentava dificuldades financeiras, o imóvel foi transferido para a empresa offshore do Uruguai, por R\$ 2,8 milhões, pagos no exterior. Um ano mais tarde, Mansur quebrou.

Para José Carlos Etrusco, administrador judicial da Barnett, a operação teria sido uma fraude destinada a tirar a mansão do alcance dos credores. Segundo o advogado, a Companhia Administradora de Valores Sociedad Anónima, a offshore uruguaia, não passaria de uma empresa de fachada e Mansur ainda seria o dono oculto da mansão da rua México.

“Essa venda foi uma farsa montada para desviar o imóvel da massa falida. Não existe comprovação de que a casa foi paga pela empresa uruguaia”, afirma Etrusco. “Agora vamos fazer uma avaliação precisa do imóvel e levá-lo a leilão.”

Novela. A briga dos credores para reaver as propriedades de Mansur rende uma novela. Na época em que estava para quebrar, o empresário transferiu fazendas e casas para o nome de terceiros, os chamados laranjas.

Uma fazenda em Avaré, no interior de São Paulo, avaliada em R\$ 45 milhões, foi tombada pela prefeitura como Elemento de Conservação do município, o que praticamente inviabiliza seu confisco.

Um dos imóveis mais valiosos do empresário, um apartamento em São Paulo avaliado em R\$ 11 milhões, até foi recuperado e levado a leilão. Mas não houve lances porque na hora H apareceu uma pendência com a construtora. O administrador judicial da Barnett vai tentar de novo. Quem sabe, junto com a mansão da rua México.

Justiça bloqueia bens de dono de Porsche

A Justiça bloqueou de vez os bens do engenheiro Marcelo Alves de Lima, de 36 anos, que bateu seu Porsche contra o Tucson da advogada Carolina Menezes Cintra, de 28, no dia 9 do mês passado, no Itaim-Bibi, zona sul da capital. Ela morreu na hora. A defesa de Lima recorreu da decisão que autorizou o bloqueio de seu patrimônio no dia 21. O recurso, porém, foi negado pelo Tribunal de Justiça. O relator do caso determinou que o bloqueio seja mantido para garantir o pagamento da indenização a parentes da vítima.

18 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

PF flagrou conversa sobre atentado a juíza

Escuta telefônica feita em 2009 gravou bicheiro falando que 'a pessoa que bate o martelo iria chorar lágrimas de sangue'

Bruno Boghossian
Pedro Dantas / RIO

Escuta telefônica feita em 2009 pela Polícia Federal flagrou conversa em que o bicheiro Luiz Anderson Coutinho discute suposto atentado contra a juíza Patrícia Acioli, executada na semana passada em Niterói. Segundo a PF, o contraventor de São Gonçalo – onde Patrícia atuava – afirma que “uma bomba iria explodir” e “a pessoa que bate o martelo iria chorar lágrimas de sangue”.

Os investigadores identificaram no grampo possível ameaça de agressão à juíza ou a parentes. Na ligação, Coutinho afirma que “a ordem já teria sido dada por ele”. O bicheiro demonstrava “grande rancor” em relação à magistrada, que meses antes havia decretado sua prisão preventiva.

Presidente do STF diz que 'juízes não estão sozinhos'

● O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Cezar Peluso, garantiu ontem que os juízes não estão abandonados. “Os juízes não estão nem estarão sozinhos.” Ele anunciou medidas tomadas após o assassinato da juíza Patrícia Acioli, como a nomeação de uma comissão para apresentar um esboço de política nacional de segurança da magistratura.



DIDA SAMPAIO/AE

Na ocasião, Patrícia relatou ter encaminhado o documento da PF ao Tribunal de Justiça do Rio. O Ministério Público do Rio informou que a ameaça foi inves-

tigada e arquivada em outubro de 2010, pois informações posteriores apontavam “não ter procedência a ameaça relatada”.

Em outro documento, de 2007, ela afirma estar “surpresa” com a redução de sua escolta, de três para um policial. “Não entendi o tratamento que foi dado ao caso”, escreveu. “Esta magistrada não pediu segurança porque entende que a avaliação sobre a necessidade ou não da medida não lhe cabe, mas se esta for necessária deve ser eficiente.”

Recife. O Tribunal de Justiça de Pernambuco disse ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que investigações do próprio TJ e da Secretaria de Defesa Social concluíram não haver ameaça à juíza Fabíola Michelle Muniz Mendes, que atua no sertão. Em julho, o CNJ deu liminar determinando escolta à magistrada. Segundo o TJ, cabe ao CNJ decidir se mantém ou suspende a escolta.

A juíza registrou boletim de ocorrência em junho dizendo sofrer ameaças de policiais militares que a escoltavam e eram acusados de tortura em um processo sob sua responsabilidade. Anteontem, o CNJ decidiria se Fabíola teria escolta permanente, mas adiou a sessão.

CONJUR

Juíza proíbe farmácia de manipular medicamento

18 AGO 2011

A Octa Lab Farmácia de Manipulação Ltda, sediada em Santo André, no ABC paulista, está proibida de fabricar o medicamento Metilcelulose 2% em qualquer escala de produção. Também deve cessar a produção de outros medicamentos em grande escala, até que obtenha e comprove certificação expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A determinação partiu da juíza Laura de Borba Maciel Fleck, do 1º Juizado da 16ª Vara Cível de Porto Alegre, ao atender a Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor da Capital. A liminar também arbitrou em R\$ 500 mil a multa para cada hipótese de descumprimento. A decisão é do dia 5 de agosto. Cabe recurso.

O Ministério Público estadual ajuizou Ação Coletiva de Consumo contra a Octa Lab por constatar uma série de irregularidades na fabricação de medicamentos. Conforme o MP, foram constatados graves problemas no pós-operatório de consumidores que utilizaram o medicamento Metilcelulose 2%, de uso intraocular.

Segundo a denúncia, mais de 50 pessoas foram submetidas ao procedimento cirúrgico de catarata, feito no Instituto Gaúcho de Oftalmologia de Caxias do Sul, no ano de 2008, sendo que 23 dos pacientes contraíram infecção ocular — atribuída ao uso do medicamento fabricado pela Octa Lab. A investigação laboratorial constatou que um dos lotes usados pelos consumidores estava contaminado pela bactéria *Pseudomonas spp.*

Além disso, os documentos anexados ao processo mostram que a empresa fabrica medicamentos em larga escala, sem licença da Anvisa. Ou seja, opera sem as condições exigidas para uma indústria de medicamentos, além de não observar satisfatoriamente outros fatores externos que possam afetar a qualidade, a segurança e a eficácia do produto. A inicial frisa que a autorização da Anvisa é somente para manipular insumos farmacêuticos mediante prescrição médica, e não para a produção de medicamentos em escala industrial.

“A coletividade de consumidores submetidos ao procedimento da ré merece ter seus direitos acolhidos, de modo que entendo por deferir a liminar”, sentenciou a juíza Laura de Borba Maciel Fleck. Para a magistrada, o perigo na demora decorre da gravidade da violação, considerando o potencial risco de novas ocorrências.

Concedido o pedido de antecipação de tutela, a juíza proibiu a empresa de fabricar o medicamento Metilcelulose 2% em qualquer escala de produção, até que prove certificação e autorização da Anvisa. A multa, para cada situação de descumprimento da decisão judicial, é de R\$ 500 mil — a ser revertida ao Fundo Estadual de Defesa ao Consumidor.

CONJUR

Negada indenização por serviços prestados como amante 1 8 AGO 2011

Nas relações familiares, não se presta serviço, mas se compartilha solidariedade, afetos e responsabilidades. Tudo voltado para um projeto comum. Com base neste entendimento, a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul manteve decisão que negou pedido de reconhecimento de união estável, cumulada com alimentos e indenização.

Após manter relação com um homem casado por cerca de quatro anos, a autora da ação alegou ter sido iludida. A mulher afirmou que, após o início da convivência, passou a se dedicar com exclusividade, deixando de trabalhar para satisfazer os desejos e vontades do homem.

A autora garantiu ainda que acreditava que o homem estava, de fato, separado da mulher. Porém, soube que ele era casado uns três meses depois de iniciarem o relacionamento. Como prova da sua união, a autora apresentou o contrato de locação e outros comprovantes que indicavam endereço conjunto.

No entendimento do desembargador Luiz Felipe Brasil Santos, relator da Apelação, não cabe a pretensão indenizatória “por serviços prestados”, uma vez que não se pode determinar o preço das relações afetivas.

Considerou que o relacionamento amoroso, mesmo que reconhecido, não caracteriza uma união estável. Testemunhas afirmaram que o homem, além de ser casado legalmente, mantinha uma vida conjugal com a mulher. Dessa forma, o desembargador afirmou que não há como falar em união estável, pois “faltava-lhes a publicidade e o ânimo de constituir família (artigo. 1.723 do Código Civil Brasileiro)”. Também salientou que os recibos de pagamento de aluguel são insuficientes para comprovar a relação.

Acompanharam o voto o desembargador Alzir Felipe Schmitz e o juiz convocado Roberto Carvalho Fraga. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-RS.*

CONJUR

Quem são os culpados pela morte da juíza de São Gonçalo 18 AGO 2011

O que se investiga hoje no Rio de Janeiro não é apenas o assassinato cruel e covarde da juíza Patrícia Acioli, mas todo o contexto que envolve a criminalidade — em especial a criminalidade policial — e o sistema judiciário.

Logo se vê, é um quadro complexo. E quando as coisas são complicadas, o que não faltam são hipóteses e palpites. Reina a confusão. Ocasão propícia para todo tipo de oportunismos e ajustes de contas.

Nessas horas, pistas falsas e equívocos fazem sucesso, por proporcionarem emoções mais fortes e mais atrativas que a monotonia da vida real. Esse impulso serve para animar as conversas, mas é ruim para quem quer apurar, de fato, o que aconteceu.

Um possível engano desse caso pode ser a discussão que tenta verificar se a culpa é do tribunal ou da juíza. Toneladas de papel e tinta estão sendo gastas para ver se a morte se deve à suposta omissão da administração judiciária. Outras tantas entram pelas intimidades de Patrícia Acioli e varrem a sua relação com o 7º Batalhão da Polícia Militar de São Gonçalo, onde atuam ou atuaram muitos policiais militares furiosos com decisões da juíza. Em uma ponta, reclama-se a falta de proteção policial. Na outra, suscita-se a suspeita de que a servidora pública possa ter sido vítima de policiais.

Os assassinos de Patrícia Acioli devem estar satisfeitos com essa situação. Afinal se a culpa pela morte é do tribunal ou da própria juíza, isso significa que eles não são tão culpados. Ou pelo menos não são os principais culpados.

Essa discussão lembra a noção de que quando um ladrão atira em alguém, a culpa é da vítima que reagiu. Como se roubar fosse certo e tentar se proteger, errado. É o teatro do absurdo. Os cidadãos de bem passam a cobrir os vidros dos carros com películas escuras, os condomínios viram presídios enquanto os criminosos e assassinos passam a ser tratados quase como protagonistas legítimos da indústria da segurança.

Parece mais lógico e produtivo que toda energia, tempo e inteligência sejam destinados a combater quem realmente dá causa a essas desgraças que todos queremos evitar. Quem deve responder por um assassinato é quem o praticou. O mesmo grupo que arquitetou a morte de Patrícia Acioli tanto pode ter agido antes, como pode agir depois. Divulga-se que existe uma lista de alvos. A vítima teria registrado que foi alvo de ameaças de policiais militares. O jornal *O Globo* publicou que houvera avisos pelo disque-denúncia. Notícia também que os mandantes do crime são detentos do presídio Ary Franco, em Água Santa. É nesses endereços que se deve buscar os culpados pela morte de Patrícia.

CNJ

Processos são analisados em correição ordinária no Juizado Especial Unificado de Cuiabá

18 AGO 2011

A Corregedoria-Geral da Justiça de Mato Grosso (CGJ-MT) instaurou correição ordinária no Juizado Especial Unificado da Comarca de Cuiabá. O objetivo é analisar os cinco mil processos de réus presos e as ações de execuções penais provenientes da Central de Execuções Penais e Medidas Alternativas (Cepema). Os trabalhos tiveram início esta semana e a previsão é que sejam finalizados em mais duas semanas.

Os primeiros processos analisados são aqueles que se enquadram nas metas prioritárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por ordem de antiguidade, ou seja, aqueles que fazem parte dos estoques de anos anteriores. Também serão priorizadas as ações referentes à saúde, idosos, crianças e adolescentes, conforme determinação anterior já expedida por meio do ofício circular 94/2011 da Corregedoria.

Além dos processos serão examinados livros, papéis e tudo o que estiver relacionado com o expediente forense. No período da correição, a equipe da Corregedoria também receberá sugestões para melhorias nos serviços judiciais.

Após as análises documentais serão dados os encaminhamentos necessários para o andamento dos processos. A Corregedoria designou a juíza auxiliar Selma Rosane Santos Arruda para coordenar os trabalhos da correição ordinária que estão sendo desenvolvidos por sete servidores da Corregedoria.

CNJ

Comissão de Segurança do Judiciário no CE debate segurança dos magistrados no próximo dia 24 **18 AGO 2011**

A Comissão de Segurança Permanente do Poder Judiciário do Ceará realiza, no próximo dia 24 de agosto, reunião com a cúpula dos órgãos de segurança pública no Estado. Os detalhes do encontro foram definidos esta semana pelos integrantes da Comissão, presidida pelo desembargador Teodoro Silva Santos, do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). O objetivo é discutir a segurança dos magistrados que atuam na área criminal.

A iniciativa faz parte dos trabalhos do grupo, iniciado no mês de julho deste ano. “A nossa preocupação é garantir a integridade física dos juízes. No encontro, vamos reunir todas as ações efetivas de proteção”, destacou o desembargador. A reunião terá início a partir das 9h, na sede do TJCE, em Fortaleza, e contará com os diretores das Comarcas de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte (Entrância Final), representantes das Polícias Civil, Militar e Rodoviária do Ceará, além dos responsáveis pelas Polícias Federal e Rodoviária Federal no estado.

O desembargador Teodoro Silva Santos explicou que, inicialmente, o plano-piloto começa pelas comarcas maiores. No entanto, serão promovidos encontros regionais e a força-tarefa abrangerá todas as unidades da Justiça cearense. “O assassinato da juíza do Rio de Janeiro é uma prova de que os magistrados precisam de segurança. A morte foi um atentado contra o Poder Judiciário e à democracia do Brasil”.

O juiz Paulo de Tarso Pires Nogueira, integrante da comissão, disse que o crime está cada vez mais organizado e o Estado, representando pela Polícia, Poder Judiciário e Ministério Público, precisa agir de forma integrada para combater a criminalidade. O presidente da Associação Cearense de Magistrados (ACM), juiz Marcelo Roseno, que participa das atividades da comissão, afirmou que no Ceará não há, atualmente, profissionais ameaçados, mas os juízes, sobretudo da área criminal, estão expostos a riscos.

Ao todo, são mais de 250 magistrados, entre juízes e desembargadores. O major Augusto Nirlando Monteiro Vieira, chefe da Assistência Militar do TJCE, assegurou que a comissão, em parceria com a Casa Militar do Ceará, ministrará cursos para os magistrados. A capacitação deve contemplar defesa pessoal, direção defensiva e curso de tiro. A comissão está recebendo sugestões dos magistrados para aperfeiçoar o programa, que já se encontra em andamento. As sugestões servirão ainda para a construção do Plano Nacional de Segurança, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O que já foi feito - A Comissão de Segurança Permanente do Poder Judiciário já reforçou a segurança nas Varas Criminais e entorno do Fórum Clóvis Beviláqua e resolveu o problema de fluidez do trânsito na área em horário de pico. As ações são frutos de parcerias com a Polícia Rodoviária Estadual (PRE) e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS). A PRE disponibiliza viatura e duas motos para fazer o controle de trânsito na avenida Washington Soares, nas proximidades do Fórum. O serviço é prestado de segunda a sexta-feira, das 17h às 19h.

Além disso, uma viatura do 3º Comando de Policiamento de Guarda (CPG) do Tribunal de Justiça circula pelas imediações do Fórum, Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) e Creche Escola do Poder Judiciário, nos horários de saída dos servidores. A Assistência Militar do TJCE determinou que um policial, equipado com detector de metais, fique de plantão nas Varas Criminais e salas de audiência.